

1

Status quaestionis

Como ponto de partida, apresentamos as diferentes pesquisas e resultados mais relevantes aos quais chegaram os diversos exegetas principalmente nas últimas décadas de pesquisa.

Três aspectos são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa: 1 - Os aspectos literários da parábola dos vinhateiros homicidas (Mateus 21,33-46) na pesquisa recente. 2 – Elementos constitutivos de uma parábola com estrutura jurídica. 3 – A função retórica jurídica em Mateus.

1.1.

Os aspectos literários da parábola dos vinhateiros homicidas na pesquisa recente

Por muito tempo se verificou uma postura interpretativa a partir de elementos alegóricos no processo analítico das parábolas, por conta da complexidade entre o conceito de parábola e o de alegoria e, conseqüentemente da necessidade crescente de investigar sua natureza e funcionalidade. A compreensão de parábolas foi limitada tão somente na elaboração de análises interpretativas alegóricas, que permaneceu como forma dominante de interpretação até o fim do século XIX.

A interpretação das parábolas passa por um longo período alegórico¹, além da rejeição categórica desse processo interpretativo². O período seguinte retratava uma abordagem com característica da escatologia histórica, e mais recentemente, surgiu um período marcado pelo existencialismo, estruturalismo e aproximações literárias.

1.1.1.

A superação da interpretação alegórica nas parábolas

O estudo atual das parábolas parte justamente da superação do conceito entre parábola e alegoria, principalmente a partir da obra de **Adolf Jülicher**³, que criticou efetivamente o entendimento alegórico que sobressaía nos círculos interpretativos dos textos evangélicos, nos quais as parábolas eram compreendidas *ponto por ponto*, no intuito de decifrar os chamados mistérios teológicos. Indicavam situações concretas ambientadas no próprio ministério de Jesus⁴, com uma função pedagógica. Entretanto, o que é comunicado em cada uma delas é uma

¹KISSINGER, W.S. *The Parables of Jesus. A History of Interpretation and bibliography*, 1979. pp. 1-230. Kissinger elabora uma pesquisa ampla a partir de Irineu até a interpretação contemporânea da parábola.

² O período moderno de interpretação da parábola começou com a publicação da obra de Adolf Jülicher, em dois volumes: *Gleichnisreden Die Jesu*.

³JÜLICHER, A., *Die Gleichnisreden Jesu*, 1910. O início do estudo moderno de parábolas deve ser contado a partir dos dois volumes da importante obra de Adolf Jülicher (1910 e 1963). Ele dedica as páginas 203 a 322 para a história da interpretação das parábolas até seu tempo.

⁴GNILKA, J., *Jesus de Nazaré*, p. 86. De acordo com Gnilka, para Jülicher, “A parábola terá sido apreendida plenamente como prova quando houvermos encontrado o ponto de comparação que existe entre a imagem e a coisa. É neste orientar-se para o único ponto de comparação que consiste a clareza do discurso parabólico em relação à complexidade da alegoria”.

verdade singular, patente e universal⁵.

A grande contribuição de Adolf Jülicher em sua obra *Die Gleichnisreden Jesu*, foi mostrar, de maneira crítica, que a interpretação alegórica, como na parábola dos vinhateiros homicidas (Mt 21,33-46 par.) é em determinados aspectos demasiada e, que as parábolas necessitam de um procedimento hermenêutico mais eficiente e adequado. Ele exclui de modo enfático, qualquer possibilidade de interpretar a parábola dos vinhateiros homicidas como alegorias. Também desenvolveu importantes elementos de caráter literário para a análise das parábolas. Alguns dos termos utilizados na análise interpretativa da parábola, como parte da imagem e do objeto, o *tertium comparationis* (o ponto de comparação), *similitude* (um caso típico na vida real), e o *exemplum* (um exemplo a imitar), derivam de sua influência⁶.

Jülicher reconheceu que os evangelistas e suas fontes helenísticas influenciaram a noção de parábola exclusivamente como enigma, provocando um intenso processo de alegorização nas parábolas⁷. Ele demonstrou que as parábolas não

⁵Alguns estudiosos defendem a função didática das parábolas, da mesma maneira que as parábolas rabínicas, que seriam formas populares de instrução religiosa oral, próprio do ambiente neotestamentário. Assim, as parábolas de Jesus seguem a metodologia interpretativa das parábolas rabínicas. Entre esses estudiosos se destaca a obra de D. Flusser: *Die rabbinischen Gleichnisse un der Gleichniserzähler Jesus*, 1981.

⁶THEISSEN, G; MERZ, A., *O Jesus Histórico*, pp. 350-351. A diferença entre parábola e alegoria segundo A. Jülicher:

Parábola

1. Há apenas um *tertium comparationis* entre a imagem e seu referente, cada um dos quais deve se relacionar com o outro como um todo (o assim chamado “*one-point-approach*”).
2. A parábola se origina da comparação em que imagem e referente se justapõem e são vinculados por meio da partícula comparativa “como”.
3. As imagens empregadas são realistas e correspondem à experiência cotidiana.
4. Em geral, a declaração substancial é *compreensível*, a forma figurativa está a serviço da clareza. As parábolas são comunicativas.
5. As parábolas remetem ao *Jesus histórico*, que se dirige a todos os homens.

Alegoria

1. Há vários pontos de comparação entre imagem e referente.
2. A alegoria nasce da metáfora, em que a imagem substitui o referente. As alegorias contêm uma cadeia de metáforas, em que cada membro é traduzido por si.
3. As imagens empregadas são artificiais e construídas. Elas contradizem a experiência cotidiana.
4. O conteúdo é *compreensível apenas para iniciados*, que dispõem de uma “chave” para o entendimento. As alegorias são esotéricas e por isso exclusivas.
5. A *comunidade primitiva* (e toda a Igreja posterior) interpretara as parábolas como alegorias.

⁷Esta reação contra a presença da alegoria nas parábolas de Jesus é explicada principalmente pelo fato de que Jülicher dependia de Aristóteles e das teorias da retórica. A parábola de Jesus é classificada como um discurso argumentativo, ou como um elemento de prova. Segundo Robert H. Stein, “Se as parábolas de Jesus, por vezes, contêm informações alegóricas e se estas informações são

eram alegorias, partindo da observação contrastante entre o conceito de parábola e o de alegoria. Ele define alegoria como uma série de metáforas, em que cada metáfora tem o seu próprio sentido e significado, ou seja, numa alegoria cada descrição do texto é apreendida metaforicamente⁸. No caso da parábola, ele distingue apenas um ápice (*pointe*). Assim sendo, cada parábola é uma única imagem que visa um único objeto ou realidade (*tertium comparationis*). Os detalhes da imagem (parábola), como resultado não tem qualquer função em si mesma, mas apenas fornecem antecedentes ou coloridos para dar um ponto único ou uma realidade que a imagem pretende retratar⁹.

Para Jülicher, a parábola dos vinhateiros homicidas, assim como tantas outras, foram alegorizadas de forma demasiada pela Igreja, com o olhar posto na morte de Jesus. Deste modo, “Jülicher tem consciência da distância que existe entre Jesus e os Evangelhos e, é fundamental compreender que os Evangelhos entenderam as parábolas como um discurso obscuro e de difícil compreensão, que precisava ser interpretado”¹⁰.

Para Jülicher, a definição de alegoria se dá a partir da correspondência de “*point-by-point*”. Na realidade, para ele, isso é diferente da correspondência “*holística*” da parábola¹¹. O que realmente importa na alegoria são os conceitos de fora do texto em detrimento da sua história ou da sua forma literária¹². A alegoria difere de forma acentuada no que diz respeito à estética do texto¹³. Ele mostra que

autênticas devem ser demonstrada através da exegese e não em grego clássico filológico ou a priori por pressupostos filosóficos”. STEIN, R. H. *An Introduction to the Parables of Jesus*. p. 54.

⁸BERGER, K., *As formas literárias do Novo Testamento*, p.41. Para Berger uma aproximação entre metáfora e alegoria conforme defendia Jülicher já não é mais aceitável, já que parábola é considerada uma metáfora alargada, desenvolvida. Entretanto, a comparação proposta por Jülicher, mantém muita das características metafóricas segundo o conceito hodierno. De certa forma houve também uma aproximação, novamente, entre alegoria e parábola.

⁹JÜLICHER, A., *Die Gleichnisreden Jesu* (vol.1), p.44 e 49.

¹⁰Cf., GNILKA, J., *Jesus de Nazaré*, p. 86.

¹¹Cf., CARLSTON, C. E., *Parable and Allegory Reconsidered*, in *CBQ* 43 (1981), p. 235. Na análise que Carlston faz da obra de Hans-Josef Klauck, *Allegorie und Allegorese in synoptischen Gleichnistexten* (NTAbh ns 13; Munster: Aschendorf, 1978), pp. viii + 410, DM 110; e Hans Weder, *Die Gleichnisse Jesu als Metaphern* (FRLANT 120; Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1978), pp. 312, Carlston critica essa posição de Jülicher, dizendo que ela “não responde adequadamente pelo modo que a mente trabalha usando fala metafórica, e não explica a proeminência de formas misturadas nas parábolas cristãs e judaicas”.

¹²Idem. Carlston acredita que “a mesma raridade de linguagem parabólica ‘outside’ nos permite reconhecer como contemplação da parábola e a inevitabilidade de intrusão, de forma que alegoria não pode ser distinguida da parábola nesta base. (O segredo em linguagem metafórica é achar raridades completamente aceitáveis!”.

¹³Idem. Para Carlston isto “é parcialmente verdade. E, em todo caso, podemos confrontar legitimamente com a pergunta de Kierkegaard, ‘whether the aesthetic is the sole or most important category for conceiving of the Christlichen’ (Klauck, *A llergorie*, 358)”.

a alegoria que está obscura deve ser decifrada¹⁴. Já as parábolas têm um *telos* ético simples¹⁵.

Assim, nos vinhateiros homicidas Israel é a representação inequívoca da “vinha do Senhor”. Nesta perspectiva, não há dúvidas que os trabalhadores da vinha, ou seja, os vinhateiros são os principais líderes de Israel, com total responsabilidade diante de seus atos. No entanto, a vinha tem em Deus seu real proprietário. Ela pertence a Deus, o senhor da vinha. O legítimo dono. Logo os mensageiros são os profetas, que empenhavam um papel predominante na articulação da vontade do Senhor da vinha. Eram eles os porta-vozes, aqueles que denunciavam e ao mesmo tempo anunciavam a vontade do proprietário da vinha. A interpretação mostra o filho como o Cristo. O castigo dos vinhateiros representa o aniquilamento de Israel, já que perde sua mais pretensiosa prerrogativa: a βασιλεία τοῦ θεοῦ.

Avaliação das investigações

O Trabalho de Jülicher, apesar da sua grande contribuição para a interpretação das parábolas, não obstante, apresentou algumas restrições. O percalço de Jülicher foi ter extrapolado contra a antiga ênfase na interpretação alegórica das parábolas, já que ele recusou a presença de qualquer elemento alegórico nas parábolas de Jesus. Nos Evangelhos, sua autenticidade foi por ele negada, bastava que tais elementos ou interpretações alegóricas estivessem presentes, para que efetivamente fossem atribuídos à reformulação e reconstrução da parábola pela Igreja primitiva. Outra dificuldade foi ter visto a verdade moral, como um dos principais pontos nas parábolas de Jesus¹⁶. Ele não entendeu a narração das parábolas enquanto fenômeno.

¹⁴Cf., CARLSTON, C. E., *Parable and Allegory Reconsidered*, p. 235. Isto é parcialmente verdade em alguns textos antigos (especialmente nos apocalípticos), mas não responde pelo uso ou proliferação de condições simbólicas extensamente entendidas que fizeram (e faz) a linguagem metafórica compreensível ao ouvinte.

¹⁵Idem. “A parábola e alegoria podem servir para iluminar uma ‘verdade’ conhecida; elas podem ser didáticas ou polêmicas; elas podem desafiar o mundo do ouvinte ou podem confirmá-lo; elas podem pedir os tipos mais variados de respostas; etc. Assim, não podem ser distinguidas parábolas da alegoria, e nem podem ser interpretadas em termos de um simples *telos*”.

¹⁶Jülicher era um protestante liberal que escreveu durante o período auge da teologia liberal. Assim, foi natural para ele perceber nas parábolas um princípio geral do liberalismo do século XIX.

A parábola mesmo sofrendo um processo de alegorização, continua existindo enquanto parábola¹⁷, já que uma alegoria representa na realidade uma série de “*traços individuais significativos*”, sem uma continuidade lógica no “*nível das imagens*”. A alegoria é por excelência a arte das analogias, ou seja, ela atua com conceitos representáveis, de maneira que a alegorização consiste em captar um significado e expressá-lo por meio de imagens e metáforas. Por outro lado, a parábola apresenta simplesmente um clímax, no entanto, aponta também para “*traços individuais significativos*”, que de modo algum impossibilita a imagem como unidade fechada. A parábola é um relato fictício utilizado em função de uma estratégia dialógico-argumentativa que atua em dois momentos: primeiro solicitando, a partir da lógica interna do relato, certa valorização, e logo a transferindo, em virtude de uma analogia de estrutura, a realidade buscada pelo autor da parábola.

Assim, podemos concluir que as parábolas de Jesus são significativamente comparações, ou seja, metáforas oriundas de um contexto próprio, que se estendem no processo narrativo, até alcançar um significado mais abrangente, ou seja, a forma narrativa parabólica propriamente dita. Contudo, as parábolas exploram as símiles (semelhanças) ou as metáforas tiradas da vida cotidiana ou da natureza, com o claro objetivo de provocar no ouvinte uma reflexão a respeito do correto significado; deste modo, o seu sentido ou singularidade alicia a atenção do ouvinte.

A diferença entre parábola e metáfora: Nas parábolas podem ser percebidas, agregadas a elas, metáforas, símbolos, símiles, e etc. Não obstante, a parábola difere da metáfora quanto a sua aplicação, além de provocar uma tensão entre os campos semânticos. O que na metáfora não ocorre em nenhum momento, tanto na sua insistência da lógica interna da história fictícia; como também, quando o juízo obtido se transfere da história fictícia para a história real. Conquanto, que essa transição ocorra na analogia estrutural, ou seja, no isomorfismo entre a história fictícia em detrimento da história real. O emissor da imagem difere do receptor da imagem, por isso há na metáfora uma distinção entre a metáfora e seu contexto, pelo simples fato que as duas histórias se mantêm permanentemente distantes entre si, porém se interpretam reciprocamente. Desta forma, a semântica da metáfora

¹⁷BERGER, K., *As formas literárias do Novo Testamento*, p.41.

é determinada essencialmente pela totalidade do contexto. Quanto à história fictícia o campo figurativo não implica em tensões, se não unicamente pela estrutura lógica que estava subjacente na história fictícia, pois é nesse momento que se provoca o ponto de contato com a história real. A narrativa parte de uma história fictícia ordenada na sua sequência mediante o emprego de figuras análogas procedentes de campos metafóricos, diferentemente da parábola que implica na participação ativa dos ouvintes, sua resposta através de compreensão, palavras e atos. No entanto, as metáforas retratam a experiência aplicável na vida comum; tem uma história própria concatenada e associada com as experiências do leitor\ouvinte¹⁸.

1.1.2.

A interpretação “historicizante” e escatológica das parábolas

Com Charles Harold Dodd¹⁹ e Joachim Jeremias²⁰, é analisado o conceito de parábola desenvolvido por Jülicher. Ambos percebem que as circunstâncias visíveis do ministério de Jesus, as que remetem as suas parábolas, são situações puramente criadas e instituídas num contexto histórico bem delineado.

Após o extraordinário trabalho de Jülicher, **Charles Harold Dodd**²¹ trouxe um grande e considerável avanço para a interpretação das parábolas. Na sua importante obra *The Parables of the Kingdom*, Dodd compreende que a mensagem de Jesus está intimamente relacionada à expressão “*Reino de Deus*”. Expressão essa que se torna prerrogativa essencial para o seu trabalho²². Ele reconhece a influência e a importante contribuição de Albert Schweitzer, nas suas investigações, entretanto, mostra-se incapaz de concordar com a idéia Schweitzer sobre uma escatologia consequente²³. Já em sua introdução ele afirma claramente que

¹⁸ BERGER, K., *As formas literárias do Novo Testamento*, p.35. Para Berg, a metáfora não projeta conexões que transcendem a realidade; muito pelo contrário, ela deve provocar no leitor a compreensão das experiências de quem fala de maneira consciente e clara; não obstante, exige do leitor a criatividade nas suas associações.

¹⁹ DODD, C. H., *The Parables of the Kingdom*, 1961.

²⁰ JEREMIAS, J., *As parábolas de Jesus*, 1978.

²¹ Dodd na sua obra expõe o contexto das parábolas de Jesus como pregação do *Reino de Deus* que já estava sendo realizado. Ao mesmo tempo, Dodd estava interessado em examinar as parábolas em dois níveis: o do ministério de Jesus e do início da Igreja.

²² No Segundo capítulo da sua obra, Dodd expõe de forma categórica as implicações dessa expressão.

²³ DODD, C. H., op. cit., p. 7.

estava convencido de que o material escatológico nos Evangelhos não poderia ser eliminado, caso as parábolas não fossem autênticas ou tratando-as como marginais e carentes de importância, conforme supõe A. Schweitzer²⁴. Para ele a chave para a compreensão da escatologia no ensinamento de Jesus encontra-se no Evangelho, e exclusivamente nas parábolas que retratam o *Reino de Deus*. Desta maneira, os seus parâmetros de investigação ficam bem definidos: um exame acurado das parábolas que articulem precisamente o Reino escatológico. Como também a necessidade de estudar a natureza, a finalidade e a interpretação das parábolas. A aplicação dos seus esforços se dá inteiramente para defender a sua posição irrestrita de um Reino de Deus já realizado. Trata-se, obviamente da sua fundamentação para a investigação das parábolas²⁵.

Na análise das parábolas, seu *modus operandi* é o de identificar os acentos que podem ser atribuídos ao redator e, logo em seguida, substituí-los para simplesmente definir com mais clareza os fatos ocorridos no ministério de Jesus. Ou seja, a questão do Jesus histórico foi por ele retomada²⁶. Dodd também discute várias instâncias em que parábolas que foram originalmente destinadas a resolver uma situação específica findaram-se generalizadas, para que tivessem uma aplicação mais permanente. E onde ditos, que foram originalmente associados com a crise histórica do passado foram alterados de modo a aplicarem-se as crises vivenciadas pela comunidade²⁷.

Dodd aplica dois pontos essenciais na sua interpretação de parábolas: a sua investigação segue a diferenciação do conceito entre alegoria e parábola conforme proposto por Jülicher e a interpretação das parábolas considerando sua originalidade, isto é, compreender o significado original da parábola²⁸.

Ele rejeitou a simplificação de Jülicher. Em vez de verdades universais, Dodd viu nas parábolas de Jesus uma série de questionamentos, que para ele pressupôs uma “crise”, vivenciada pelo impacto das palavras de Jesus. Dodd reconheceu esta “crise” como uma questão escatológica no ministério de Jesus. Ou seja, o Reino de Deus já tinha chegado no tempo de Jesus. Sua famosa expressão “esca-

²⁴DODD, C. H., *The Parables of the Kingdom*, p. 7.

²⁵Ibid., p. 29.

²⁶Ibid., p. 7.

²⁷Um exemplo é Mt 5,25-26 e Lc 12,57-59. No contexto do sermão do monte, Mateus sugere o foco sobre a reconciliação, enquanto que no de Lucas, o foco foi sobre a necessidade urgente de agir corretamente face à enorme crise.

tologia realizada” se tornou o ponto de partida para iniciar uma reavaliação das parábolas²⁹. Assim, ele percebeu o significado que as parábolas, por exemplo, sobre colheita, não relacionam a um tempo próximo, mas para o tempo do próprio ministério de Jesus³⁰. Ele salientou que, para compreender as parábolas corretamente, devemos reconhecer que Jesus falou para homens e mulheres do primeiro século, que os ouviam³¹.

Para Dodd as parábolas estudadas de uma forma crítica, constituem uma das principais fontes para se conhecer a atividade histórica de Jesus em especial pelo que se refere a suas motivações e a suas consequências³². Ao colocar o acento no valor histórico das parábolas Dodd não subestimava os seus significados teológicos. Muito pelo contrário, sua doutrina aparece relacionada com a tradição central da teologia cristã e com a vida sacramental da Igreja, quando se entende esta doutrina no sentido de escatologia realizada. Esse tradicional simbolismo escatológico, de acordo com Dodd, foi usado por Jesus simplesmente para indicar o caráter absoluto e transcendental do reino de Deus, que já tinha chegado à sua integralidade em Jesus³³.

Para Dodd, a parábola dos vinhateiros é muito complexa, enquanto Adolf Jülicher e seus seguidores consideram uma alegoria criada pela Igreja primitiva com o olhar posto na morte de Jesus. Dodd, percebe que a parábola dos vinhateiros homicidas ajuda a esclarecer as sentenças de Jesus em que ele prediz sua própria morte e os desastres que cairiam sobre os judeus. A parábola em si expressa um juízo moral sobre a situação, pois implica uma “predição” da morte de Jesus e do juízo que cairá sobre seus assassinos. São dramatizações em termos históricas das realidades morais da situação. Assim, ainda que só aluda ao *Reino de Deus* na versão secundária de Mateus, esta parábola é uma verdadeira parábola do “Reino”,

²⁸Dodd dedica o segundo capítulo do seu livro para explicar a importância da compreensão do significado original da parábola.

²⁹Como resultado desta convicção Dodd interpreta todas as parábolas do ponto de vista da escatologia realizada. Até mesmo as conhecidas parábolas escatológicas, tais como: Mc 13,28-30 (a lição da figueira); Mt 24,45-51 (o servo fiel); Mt 25,1-13 (as dez virgens); Lc 12,35-38 (parábola sobre a vigilância). Para Dodd essas parábolas não se referem a um futuro escatológico, mas a situação concreta e a uma crise no próprio ministério terreno de Jesus.

³⁰DODD, C. H., *The Parables of the Kingdom*, p. 113.

³¹Ibid., p. 113. Dodd percebeu que para a compreensão necessária das parábolas e para sua correta interpretação deve-se buscar o real Sitz im Leben das parábolas, ou seja, na vida de Jesus e no contexto de seu ministério.

³²Cf., HUNTER, A. M., *Interpreting the Parable*. 1969, p. 39. Para Hunter, Dodd realizou uma exegese histórica.

³³DODD, C. H., op. cit., pp.7-8.

posto que aponte à crise final da atuação de Deus em favor de seu povo.

Por sua vez, **Joachim Jeremias** desenvolveu o seu respeitável trabalho dando segmento à argumentação de Dodd. Ele retoma dois importantes pontos no desenvolvimento da sua interpretação das parábolas: Jeremias indica claramente que o seu trabalho também é influenciado diretamente por Jülicher no que diz respeito à superação das alegorias na compreensão das parábolas e no uso da *Formgeschichtliche* no processo interpretativo das parábolas na configuração de sua forma original.

Entretanto, ele criticou Dodd por se concentrar exclusivamente no aspecto escatológico e no enfoque do conflito que as parábolas refletiam no ministério de Jesus. Contudo, Jeremias também viu, nas parábolas, mensagens específicas para os ouvintes de Jesus. Ao partir de uma linha estritamente de cunho histórico, descreve a constante necessidade da recuperação do lugar histórico da parábola na vida de Jesus. Para ele se quisermos compreender o significado original das parábolas é necessário investigar o seu contexto histórico, no qual as parábolas foram desenvolvidas e aplicadas. Fazendo uma análise mais acurada dessa prerrogativa é que ele lança sua famosa propositiva conhecida como “princípios de transformação”. Tal ferramenta é indispensável quando se estuda as parábolas³⁴. Portanto, cada parábola foi devidamente narrada retratando uma situação concreta da vida de Jesus, e posteriormente foi adaptada à situação da comunidade. O resultado é um enunciado que se caracteriza como uma mensagem escatológica de Jesus.

Ele indica o caráter distintivo para tornar possível a diferenciação entre a forma original e alegorizante das parábolas oriundas da Igreja primitiva³⁵. Como algum tipo de sistema fechado que permite construir um original *Sitz im Leben* para as parábolas³⁶.

A partir da análise de Dodd sobre a escatologia nas parábolas do reino, Jeremias percebeu diferentemente dele uma escatologia entendida como processo de

³⁴JEREMIAS, J., *As parábolas de Jesus*, 1978. Ele dedica o segundo capítulo do seu livro para explicar a importância de se compreender o significado original das parábolas. Aqui também ele discute os “princípios de transformação”.

³⁵Cf., THEISSEN, G. e MERZ, A., *O Jesus Histórico*, p. 345. “Para ele (Jeremias) o destinatário das parábolas é o público e também os adversários de Jesus, contra os quais ele defendia sua mensagem (o assim chamado ‘primeiro *Sitz im Leben* de Jesus’). Após a páscoa, por meio de um ‘redirecionamento’, as parábolas tornaram-se instruções para os discípulos (o assim chamado ‘segundo *Sitz im Leben* e pensamento da Igreja primitiva’)”.

³⁶ROBINSON, J.A.T. *The Parable of the Wicked Husbandmen*, p.133.

realização³⁷. No entanto, ele pouco argumentou sobre o conteúdo ético das parábolas. Enquanto Jülicher optou pela ética em detrimento da escatologia, Jeremias se concentrou na escatologia em detrimento da ética³⁸. Para Jeremias, a *parábola dos vinhateiros* é derivada de material *imagético*, ou seja, surge a partir de eventos concretos, enquanto o seu enunciado substancial é determinado pela mensagem escatológica de Jesus, contudo o destinatário é originalmente o público, incluindo os oponentes de Jesus, já que após a páscoa, por meio de um “*redirecionamento*”, a *parábola dos vinhateiros* tornou-se instrução para a comunidade de Mateus

Avaliação das investigações

As aproximações de Dodd e Jeremias eram baseadas simplesmente no sentido concreto da vida de Jesus e dos seus ouvintes e leitores, daí a necessidade de uma análise mais abrangente para a compreensão das parábolas.

É verdade que essa linha interpretativa Dodd-Jeremias ocasionou uma melhor concepção e compreensão das parábolas. Entretanto, é necessária uma observação, já que ambos deram importância excessiva à reconstrução histórica da situação em que a parábola foi narrada.

Contudo, a influência de Dodd não pode ser subestimada, não só em relação à interpretação das parábolas como também da compreensão do Reino de Deus na mensagem de Jesus. O mesmo pode se afirmar de Jeremias, que particularmente indicou importantes ferramentas metodológicas para que o exegeta interpretasse as parábolas de Jesus³⁹. A sua extensa pesquisa da cultura da Palestina com citações de fontes antigas proporcionou um legado importantíssimo para a interpretação hodierna das parábolas.

Não resta dúvida que Dodd e Jeremias possibilitaram um novo período para o estudo das parábolas. Assim sendo, o que Dodd fez de uma forma preliminar, Jeremias realizou sistematicamente e com riquezas de detalhes.

³⁷Cf., THEISSEN, G. e MERZ, *O Jesus Histórico*, p. 345. “O enunciado substancial é (...) designada por Jeremias como ‘escatologia em processo de realização’, visto que (contra Dodd) não se pode privar Jesus da escatologia futura. Após a Páscoa, o adiamento da parusia foi amiúde introduzido nas parábolas num estágio secundário”

³⁸JONES, P. R., *Studying the Parables of Jesus*. p. 5. Jones observa que Jeremias indicou que um “aspecto ético é, por vezes, presentes em uma parábola, mas é relativamente pouco importante ou secundário”.

³⁹ Na terceira edição da sua obra, Jeremias identifica sete “princípios de transformação”, que devem ser considerados durante a tentativa de se chegar à forma original das parábolas.

1.1.3.

Abordagem das parábolas como evento linguístico

Partindo da linha interpretativa de Jülicher, Dodd e Jeremias se têm desenvolvido toda a explicação moderna das parábolas⁴⁰, principalmente com Dupont⁴¹, Linnemann⁴², Lambrecht⁴³, entre outros. Eles interpretam as parábolas como conjectura de um *evento-palavra* que se estende no processo de sua proclamação. Desta forma, elas são conceituadas como *evento linguístico* dinâmico⁴⁴.

Eta Linnemann é quem propõe uma interpretação existencial para as parábolas. Sua abordagem é uma combinação dos pressupostos e metodologias de Jeremias, porém com um claro interesse na perspectiva histórica, bem como uma abordagem hermenêutica existencial das parábolas⁴⁵. Na sua análise, Linnemann, afirma que “*pronunciar uma parábola em certas situações é um total risco de linguagem*”⁴⁶. Seguindo a linha de Jülicher, Linnemann afirma que na parábola só pode haver um ponto de comparação⁴⁷. Assim como Ernest Fuchs⁴⁸, Linnemann descreve uma parábola como uma “*linguagem evento*”⁴⁹, ou seja, cria-se por meio da parábola, um novo entendimento entre o narrador original e o ouvinte, levando

⁴⁰GNILKA, J., *Jesus de Nazaré*, p. 88.

⁴¹DUPONT, J., *La parabole des ouvriers de la vigne*, pp. 785-797.

⁴²LINNEMANN, E., *Jesus of the Parables: Introduction and Exposition*, 1966.

⁴³LAMBRECHT, J., S.J. *Parables of Jesus: Insight and Challenge*, 1976.

⁴⁴THEISSEN, G; MERZ, A., *O Jesus Histórico*, p. 346. “As parábolas são entendidas como *evento linguístico* dinâmico, em que Jesus reivindica o amor de Deus para os pecadores, torna presente o Reino de Deus e transforma os homens de tal forma que eles se abrem para a realidade de Deus... Ele faz suas palavras corresponderem à sua conduta... os destinatários são de tal forma ‘modificados’ pelo evento linguístico das parábolas que se abrem para a mensagem de Deus. Assim, as parábolas produzem nos próprios ouvintes as condições de seu entendimento (E. Fuchs).”

⁴⁵KENNETH, E. B., *Poet & peasant*, p. 19. 1983. Para Kenneth, O mais recente impulso na investigação das parábolas é a interpretação existencial que Eta linnemann proporciona: “Linnemann enuncia os princípios básicos de sua interpretação, fazendo a distinção entre similitude, parábola, ilustração e alegoria. Assim, percebe que a parábola não pode ser plenamente compreendida sem vê-la como parte de um movimento filosófico. Linnemann remonta à Schleiermacher, Dilthey, Bultmann e parte de Heidegger até Fuchs”.

⁴⁶LINNEMANN, E., op. cit., p. 32.

⁴⁷Ibid., p. 23.

⁴⁸Cf., BERGER, K., *As formas literárias do Novo Testamento*, p.42. Berger faz complementações sobre a discussão do estudo das formas, da situação e do contexto das parábolas: “E. Fuchs lançou a idéia (cf. E. Jünger; H. Weder) de que parábolas são acontecimentos em imagens, e não ‘doutrina que dispõe de um assunto’. Porém: a) O acontecer lingüístico não é um acontecer real. B) A alternativa ‘ou doutrina ou existência/pragma’ é falsa. Nem todas as parábolas falam do ‘Reino’, tampouco se referem ao mesmo aspecto; elas reproduzem, pois, uma experiência complexa, que não exclui o elemento doutrinal. C) Parábolas são acessíveis ao historiador como expressiva transmissão da experiência humana. Como tais, são doutrina descritiva e narrativa, no sentido amplo da palavra. D) O entrelaçamento, de imagem e realidade que envolver o leitor é uma característica peculiar de todos os gêneros do NT e não apenas das parábolas”.

o ouvinte a uma nova compreensão de si mesmo. Trata-se de um julgamento do narrador sobre a situação. Tal julgamento se entrelaça com o do ouvinte. Esse entrelaçamento é um modelo que favorece a reconstrução da situação. Portanto, somente quando se analisa o entrelaçamento se chega à origem das palavras de Jesus⁵⁰. Linnemann interpreta efetivamente a parábola dos vinhateiros homicidas, como um ataque na intenção assassina das autoridades que inevitavelmente condena os ouvintes por algum motivo específico⁵¹.

Entretanto, nos últimos decênios, as críticas mais tradicionais abrangem efetivamente novos questionamentos. Na linha de Jülicher-Dodd-Jeremias se tem visto questionada, inicialmente na Europa e em seguida, sobretudo nos Estados Unidos, novos caminhos para elucidar e interpretar, de maneira mais convincente, a constituição da linguagem parabólica.

Essa nova fase transparece de forma revolucionária e complexa, cuja característica mais evidente é a alteração total da exegese a partir das novas contribuições da linguística, da retórica e da crítica literária. Nela segue algumas indicações que se remontam a E. Lohmeyer⁵² e Ernst Fusch⁵³, os quais abordam e interpretam as parábolas simplesmente a partir do evento-palavra que se estende conseqüentemente na proclamação elementar das parábolas. Desta forma são percebidas como *evento linguístico dinâmico*⁵⁴.

Avaliação das investigações

Assim, esse evento linguístico dinâmico, indica um presumível interesse por reconduzir a fé cristã ao Jesus pré-pascoal, como possível opção ao kerygma da ressurreição. Em nome do conteúdo escatológico-cristológico da mensagem,

⁴⁹LINNEMANN, E., *Jesus of the Parables: Introduction and Exposition*, p. 30. Linnemann observa que a parábola é um bem sucedido evento que altera decisivamente a situação.

⁵⁰Cf., GNILKA, J., *Jesus de Nazaré*, p. 88.

⁵¹Ibid., p. 22.

⁵²LOHMEYER, E., *Das Gleichnis von den bösen Weingärtnern (Mark. 12,1-12)*, 1941, pp. 247-248.

⁵³FUCHS, E., *Was wird in der Exegese des Neuen Testaments interpretiert? In Zur Frage nach dem historischen Jesus. Gesammelte Aufsätze*, Tübingen, 1960, em THEISSEN, G. e MERZ, A., *O Jesus Histórico*, p. 346. “O autor Jesus está presente nas parábolas com sua autoridade (na forma de uma cristologia implícita). Ele faz suas palavras corresponderem à sua conduta. Os destinatários são de tal forma ‘modificados’ pelo evento linguístico das parábolas que se abrem para a mensagem de Deus. Assim, as parábolas produzem nos próprios ouvintes as condições de seu entendimento (E. Fuchs)”.

⁵⁴Cf., THEISSEN, G. e MERZ, op. cit., p. 346. “em que Jesus reivindica o amor de Deus para os pecadores, torna presente o Reino de Deus e transforma os homens de tal forma que eles se abrem para a realidade de Deus”.

Fuchs e tantos outros renomados biblistas, que decisivamente mantêm-se fiéis a este planejamento, criticam a concepção linguística de Jülicher sobre a parábola como forma dialógica argumentativa universal. Esses autores na realidade buscam uma compreensão alternativa, para interpretarem as parábolas a partir do evento-palavra, ou seja, evento linguístico dinâmico, em que a forma linguística desenvolva com o conteúdo salvífico um só corpo literário e a parábola passe a existir como linguagem característica do próprio Jesus.

1.1.4. A interpretação estética das parábolas

Nas últimas décadas, em outro grupo de exegetas, principalmente como J. D. Crossan⁵⁵, O. Via⁵⁶, entre outros, a crítica à linha clássica Jülicher-Dodd-Jeremias desemboca em conclusões de definição e significado inteiramente diferentes. As parábolas são analisadas como obras literárias completas, que possuem um objeto estético autônomo⁵⁷.

Assim, criticam precisamente as teses sobre o conteúdo escatológico-cristológico das parábolas, que as vincularia demasiado as situações históricas, fazendo delas incapazes de falar ao homem de hoje.

Na parábola dos vinhateiros homicidas, essas linhas interpretativas são aludidas, conforme Crossan⁵⁸ e B. B. Scott⁵⁹, que discutiram a respeito da interpretação tardia da parábola, que se encontra nos Evangelhos canônicos e até mesmo,

⁵⁵CROSSAN, J. D., *The Parable of the Wicked Husbandmen*, in *JBL*, Vol. 90, nº 4, 1971, pp. 451-465.

⁵⁶A parábola como objeto estético foi difundida por O. Via. As parábolas têm que ser vistas como grandezas autônomas que subsistem por si mesmas.

⁵⁷Cf., THEISSEN, G. e MERZ, A., *O Jesus Histórico*, p. 347. “As parábolas são objetos estéticos autônomos que não apontam para algo fora delas mesmas; antes, seu sentido nasce na interação dos elementos inter-relacionados da narração fictícia. Por essa razão, elas podem ser entendidas independentemente de sua situação original e são até mesmo autônomas com relação a seu autor”.

⁵⁸CROSSAN, J. D., op. cit., p. 451 passim.

⁵⁹Cf., THEISSEN, G. e MERZ, A., op. cit., p. 347. “O efeito original de uma parábola deve ser redescoberto por meio de uma descontextualização radical, ou seja, pela desconsideração do contexto dos evangelhos e da história interpretativa, assim como pela análise literária das estruturas e relações na obra de arte linguística. Só então encontramos, de acordo com B. B. Scott, a estrutura reguladora (‘originating structure’) da parábola que está na base das atualizações (‘performances’) individuais. As possibilidades de reação oferecidas aos receptores nessas estruturas básicas podem então ser reconstruídas pela consideração do contexto cultural, de modo que haja no fim uma espécie de re-contextualização”. Bernard Brandon Scott também observa a tendência rabínica na composição da parábola.

de acordo com Crossan, ao contrário do significado alegórico “planejado” pela tradição⁶⁰ canônica⁶¹.

O. Via⁶² dedica a primeira metade do seu trabalho à discussão de uma metodologia mais apropriada para a interpretação das parábolas. Ele está decidido a afastar-se do ponto de vista inteiramente histórico, que em sua opinião não consegue fazer justiça a interpretação existencial como na estética. Via rejeita a tese “one-point-approach” de Jülicher para a compreensão real da parábola, percebe esse tipo de interpretação como artificialmente restritivo⁶³. Um único ponto de abordagem, para ele, destrói a unidade básica da parábola. No entanto, ele admite que o método de alegorização deva ser inteiramente rejeitado.

Segundo Via, a parábola pode ter elementos alegóricos sem se tornar alegorias. Além disso, Via está preocupado com o problema da linguagem teológica. Ele afirma que o histórico é importante porque os nossos esforços de tradução não devem ser mera especulação⁶⁴.

Via parte da linha existencialista de Ernst Fuchs indicando sua meta como uma nova auto-compreensão por parte do ouvinte. Por outro lado, argumenta que as parábolas são verdadeiramente autênticas obras de arte. Para ele, o ponto de vista estético, “*ao isolar um elemento em uma obra literária de uma consideração especial rompe a unidade do trabalho e obscurece o significado desse elemento, removendo-lhe a partir do contexto, que prevê o seu significado*”⁶⁵.

Entretanto ao mesmo tempo uma obra de arte em geral e uma parábola, em particular, não apenas aponta para dentro, mas também para fora. A parábola dos vinhateiros homicidas tem sentido dentro de si e também fora si⁶⁶. Assim Via abre espaço para a unidade interna dos diferentes elementos que têm significado apenas em relação uns aos outros e ao mesmo tempo permite uma conceituação mais precisa desses elementos.

⁶⁰Cf., HUBAUT, M., *La parabole des vigneronns homicides*, p. 11. De acordo com Hubaut, a crítica moderna: “às vezes pronunciou uma dúvida radical sobre a fidelidade desta tradição, suspeitada de ser mais criadora que preocupada em transmitir a mensagem de Jesus com todo teor primitivo”.

⁶¹Cf. HESTER, J. D., *Socio-Rhetorical Criticism and the Parable of the Tenants*, in *JSNT* 45, 1992, p. 33.

⁶²VIA, D. O., *The Parables*, pp. 73-93.

⁶³Ibid., p. 3.

⁶⁴Ibid., p. 28.

⁶⁵Ibid., p. 76.

⁶⁶Via explica por empréstimos uma ilustração de Murray Krieger, um crítico literário moderno.

Avaliação das investigações

Assim, de acordo com J. D. Crossan e O. Via, a análise da parábola dos vinhateiros homicidas, na perspectiva de Mateus, trata-se de uma obra literária completa constituída de um objeto estético autônomo, que sofreu uma adaptação estilística, com o objetivo de acentuar, obviamente colocando em evidência o que na perspectiva pré-sinótica estava tão somente subentendido. Desta forma Mateus introduz na sua teologia, os dados trazidos pela Igreja nascente e os insere.

1.1.5.

A interpretação das parábolas a partir do contexto histórico-social

A partir de outra linha interpretativa o exegeta alemão W. Trilling⁶⁷ analisa as parábolas dos Evangelhos sinóticos, especialmente Marcos e Mateus, mostrando as diferenças acentuadas. Trilling observa que o desenvolvimento cristológico da redação dos vinhateiros em Marcos é alterado nitidamente por Mateus. A tradição mateana valoriza o papel da comunidade, enquanto Igreja na sua relação com o judaísmo. Por isso é desenvolvida uma ampliação profundamente eclesiológica, que para Trilling corresponde bem melhor à instrução da parábola e, que suscita perfeitamente a idéia do *ἔθνος* de Deus, conforme o canto da vinha de Isaías 5,1-7. Desta forma, na percepção de Trilling, “Mateus não alegoriza a parábola no sentido de novas interpretações”, assim como entenderam Jeremias⁶⁸ e Lohmeyer⁶⁹. Trilling pensa que a principal implicação, que pode ser percebido nos vinhateiros, não são necessariamente os traços alegóricos isolados, mas na importância da declaração essencial mateana da culpa de Israel.

Numa perspectiva mais moderadora, U. Luz admite que a parábola de Jesus continha certos traços alegóricos com a possibilidade de a parábola ser um produto da comunidade⁷⁰.

U. Schnelle analisa os elementos alegóricos dos vinhateiros, claramente predominantes em Mateus, que derivam de Marcos e “os adota nos aspectos essenciais, mas abrevia um pouco o curso da ação, conferindo-lhe ao mesmo tempo

⁶⁷ Cf., TRILLING, W., *El Verdadero Israel*, pp. 90-91.

⁶⁸ JEREMIAS, J., *As parábolas de Jesus*, pp. 72-83.

⁶⁹ Cf., TRILLING, W., *op. cit.*, p. 91.

⁷⁰ Cf., LUZ, U., *El Evangelio según san Mateo, Mt 18-25*, p. 291.

maior vivacidade e arredondando a linguagem”⁷¹. Por sua vez, R. J. Dillon pondera os vinhateiros avaliando principalmente o interesse em uma possível reconstrução da história do uso desta parábola na instrução e reflexão da Igreja mateana⁷².

O debate suscitado por Jülicher se desenvolveu também em torno das circunstâncias sócio-históricas que pressupõe a parábola⁷³. Neste sentido afirmam de maneira categórica J. Newell e R.R. Newell⁷⁴ que os vinhateiros homicidas não é uma parábola cristológica, mas uma parábola que ataca os métodos do movimento Zelota do primeiro século. Em 1992 James D. Hester publicou um artigo sobre a parábola dos vinhateiros homicidas, no qual argumenta sobre a importância do contexto histórico-social do primeiro século na Palestina. No artigo Hester corretamente cita Isaías 5 como uma chave interpretativa para entender a parábola dos vinhateiros⁷⁵.

Desde Martin Hengel, algumas pesquisas têm evidenciado que a condição árdua dos viticultores nos latifúndios poderia ser demonstrada de forma concreta conforme se percebe na parábola dos vinhateiros. Recorrendo a paralelos do mundo contemporâneo, essas pesquisas se esforçaram para comprovar que a parábola reconstruída constitui um acontecimento plausível que poderia ter acontecido de fato na Palestina.

No artigo de K.R. Snodgrass⁷⁶ demonstra-se a parábola dos vinhateiros homicidas, na versão sinótica, que está carregada de forte teor alegórico, simplesmente para enfatizar a importância de Jesus no processo histórico-salvífico. Ele a compara com o Evangelho de Tomé que é uma testemunha independente⁷⁷ e que contém uma redação mais simplificada, desta forma os sinóticos,

⁷¹ SCHNELLE, U., *Introdução à Exegese do Novo Testamento*, 2004, p.141. Para U. Schnelle esses elementos alegóricos “pertencem ao acervo original da tradição, embora tenha havido tentativas de reconstruir, com base no texto de Marcos, uma forma original da narrativa sem traços alegóricos e, assim, uma parábola de Jesus”.

⁷² DILLON, R.J., *Towards a Tradition-History of the Parables of the True Israel (Matthew 21,33-22,14)*, p. 5.

⁷³ LUZ, U., *El Evangelio según san Mateo, Mt 18-25*, pp. 291-292.

⁷⁴ NEWELL, J. E.; NEWELL, R. R., *The Parable of the Wicked Tenants*, p. 226.

⁷⁵ Cf., HESTER, J. D., *Socio-Rhetorical Criticism and the Parable of the Tenants*, p. 27. Hester supõe que uma determinada unidade retórica traz respostas de interpretação diferentes que dependem da audiência que interage, seja histórico e sociológico, como também fatores literários.

⁷⁶ Cf., SNODGRASS, K.R., *The Parable of the Wicked Husbandmen. Is the Gospel of Thomas Version the Original?* p. 142.

⁷⁷ Cf., HESTER, J. D., op. cit., p. 32. “A versão da parábola dos vinhateiros homicidas no Evangelho de Tomé não tem qualquer insinuação a Isaías 5,1-7”.

particularmente Mateus e Marcos alegorizaram a parábola original⁷⁸. É interessante observar que C. H. Dodd e J. Jeremias tinham chegado a esta conclusão antes do Evangelho de Tomé ter sido descoberto⁷⁹. Martin Hengel⁸⁰ sugere que o Evangelho de Tomé tem uma tendência para “des-alegorizar”.⁸¹

Recentemente, Craig A. Evans em seu artigo “Jesus parable of the tenants in light of lease agreements in antiquity”⁸², caracterizou a parábola dos vinhateiros homicidas como parte de uma confrontação entre Jesus e as autoridades do Templo, uma grave acusação à liderança do Templo. J. Drury⁸³, entretanto analisa a parábola por outra perspectiva, argumentando que, os autores do Evangelho usaram as parábolas para atender simplesmente as necessidades narrativas.

A confrontação da comunidade mateana com o judaísmo indica de maneira efetiva, que a versão de Mateus dos vinhateiros homicidas representa um uso mais antigo da tradição na Igreja. Para Léon-Dufour os vinhateiros contem alusões claras a eventos do contexto do próprio Jesus e também da comunidade mateana, que representa perfeitamente essa geração pós-pascal⁸⁴.

Avaliação das investigações

Portanto, com a tradição da crítica literária, a parábola dos vinhateiros homicidas foi apresentada como uma obra genuína da comunidade⁸⁵. A história, com seus pormenores tão significativos, apresenta-se não como uma narrativa original, mas uma construção artificial, efetivamente trabalhada nos seus contornos, porém

⁷⁸JEREMIAS, J., *As parábolas de Jesus*, pp. 68-91; MONTCFIORE, H., *A Comparison of the Parables of the Gospel According to Thomas and of the Synoptic*, p. 236; CROSSAN, J. D., *The Parable of the Wicked Husbandmen*, p. 451; e NEWELL, J. E.; NEWELL R.R., *The Parable of the Wicked Tenants*, p. 226.

⁷⁹DODD, C. H., *The Parables of the Kingdom*, pp. 126-30; e JEREMIAS, J., op. cit., p. 74.

⁸⁰Cf. SNODGRASS, K.R., *The Parable of the Wicked Husbandmen*. p. 143.

⁸¹Idem. Wolfgang Schrage demonstrou através das versões cópticas que o Evangelho de Tomé é dependente da tradição canônica.

⁸²EVANS, C. A., *‘Jesus’ Parable of the Tenants in Light of Lease Agreements in Antiquity*, pp. 65-66.

⁸³DRURY, J., *Parables in the Gospels*, 1985.

⁸⁴Cf., LEON-DUFOUR, S. J. X., *Études D’Évangile*, p. 309.

⁸⁵Cf., BARBAGLIO, G., *Os Evangelhos (I)*, 1990, p. 323. De acordo com Barbaglio, “na comunidade cristã primitiva, havia a tendência de prolongar o alcance das palavras do Senhor, precisando, acrescentando e ilustrando-as com textos bíblicos. É a lei própria de toda tradição viva. Exigia-o a situação da Igreja que olhava Jesus de Nazaré através da luz refletida pela ressurreição e vivia novas experiências de fé”.

com dados originais que podem ser percebidos, conseqüentemente, tornando-se uma alegoria⁸⁶ cristológica⁸⁷.

1.1.6. Avaliação conclusiva das investigações

A superação da interpretação alegórica das parábolas a partir de A. Jülicher mostrou a forte recusa da presença de qualquer elemento alegórico nas parábolas de Jesus. A intenção de Jülicher era livrar as parábolas de um emprego por demasiado alegorizante, perpetrada pela dogmática eclesiástica. Assim, para ele numa alegoria cada descrição da narrativa é apreendida metaforicamente, o que difere da parábola que teria apenas um ponto de comparação (*tertium comparationis*), tendo assim uma transmissão concreta de uma verdade abstrata. No entanto, **podemos conceituar a parábola** a partir da dinâmica do conjunto do texto. Isso ocorre pelo surgimento de cada um dos elementos obscuros. Logo, o próprio texto pode funcionar ao mesmo tempo como parábola em seu conjunto e como alegoria em alguns elementos. Na parábola dos vinhateiros homicidas (Mt 21,33-46) alguns dados (a vinha, os servos, os frutos, a morte do filho, a sentença dos vinhateiros, etc.) remetem alegoricamente a cada um dos momentos da história que os leitores já conheciam. **Quanto à alegoria, o conceito é simples**, ela é percebida através de um conjunto de aproximações, de superposições intencionais, entre as imagens e a realidade, liberando passo a passo seus múltiplos efeitos didáticos, estéticos, práticos. Portanto, as parábolas podem ter diversos ápices (*pointe*), e ressalvas sobre o entrelaçamento de imagem e realidade, contrariamente a tese de Jülicher de um só ponto de comparação.

⁸⁶Cf., LUZ, U., *El Evangelio según san Mateo, Mt 18-25*, 2003, p. 293. Luz observa: “na antiguidade cristã não se ignorou por completo as características específicas da parábola (cf., Tertuliano, CSEL 20,235ss), na maior parte das vezes era identificada praticamente a parábola com alegoria. Os comentaristas têm interpretado os vinhateiros homicidas, em sentido alegórico, a luz da história da salvação desde Irineu (Haer. 4,36,2). Este tipo de interpretação alegórica é defendido, segundo Orígenes (17,6 = GCS Orig X, 591s), por Apolinar de Laodicéia, fr 110 = 37; Teodoro de Heraclea, fr 112 = 88; Jerônimo, 196; Beda, 94; Teofilacto, 380; Dionísio bar Salibi III,12; Eutímio Zigabeno, 561-563. Posteriormente, na reforma Zwinglio, 362; Calvino II, 198; Maldonado, 339; Lápide, 407, interpretarão os vinhateiros neste mesmo sentido alegórico”.

⁸⁷TRILLING, W., *El Verdadero Israel*, 1974, p. 76.

Numa avaliação parcial, porém mais concisa podemos ainda indicar que Dodd e Jeremias estão interessados na perspectiva histórica da parábola, numa propositiva voltada para o sentido escatológico. Por sua vez Linnemann além do caráter histórico acrescenta o existencial. Via também considera a prerrogativa histórica, partindo dos pressupostos indicados por Dodd e Jeremias, no entanto inclui a estética. Na realidade cada um desses estudiosos deixou uma grande contribuição para a interpretação das parábolas, corrigindo a situação herdada (alegorização) e apontando novas tendências. Percebemos que efetivamente o caráter histórico deve ser de fato investigado à luz das evidências do ambiente cultural que pressupõe as parábolas. Além disso, a linguagem estética, de igual modo, deve ser analisada à luz das formas literárias.

A investigação sobre o Evangelho de Mateus, a partir dos anos 60, aplica o método da História da Redação, com o objetivo de avaliar a teologia mateana a partir de suas alterações redacionais sobre as fontes⁸⁸. Basicamente, os exegetas interpretam Mateus a partir de uma linha central, que perpassa toda a obra, acreditando numa perspectiva cristológica. Há, também, os que defendem o sentido eclesiológico (W. Trilling). Para Trilling a sentença redacional do verso 43 dos vinhateiros, onde a argumentação eclesiológica do redator mateano é verificado na propositiva de um novo ἔθνος, para ele diz respeito à Igreja que é “o verdadeiro Israel”⁸⁹. Diferentemente, G. Strecker, em sua obra, praticamente contemporânea a de Trilling, analisa o sentido teológico de Mateus e percebe que se trata de uma perspectiva tão somente cristológica⁹⁰. Para Conzelmann, Mateus vê o ministério de Jesus como algo passado, “como uma época única, irreptível, santa e ideal no curso da história. O fim demora e a Igreja assume o encargo de levar adiante as implicações éticas do ensinamento de Jesus”⁹¹.

⁸⁸Cf., KÜMMEL, W. G., *Introdução ao Novo Testamento*, p. 130. “O verdadeiro objetivo teológico de Mateus, ao se apropriar de Marcos e modificá-lo, só se torna reconhecível, aliás, quando prestamos atenção à enorme ampliação de Marcos levada a efeito por Mateus”.

⁸⁹TRILLING, W., *El Verdadero Israel*, pp. 80-87.

⁹⁰Cf., MONASTÉRIO, R. A; CARMONA A. R., *Evangelhos Sinótico e Atos dos Apóstolos*, p. 245.

⁹¹Idem. De acordo com Monastério e Carmona: “Enquanto, Borkmann e Barth acham que o redator de Evangelho de Mateus é um judeu-cristão que escreve para uma comunidade preponderantemente com essas características, por outro lado Trilling, Strecker e Walker consideram-no pagão-cristão. R. Hummel alia-se aos primeiros e polemiza com os do segundo grupo: Mateus é um judeu-cristão que combate tanto um antinomismo entusiasta como o judaísmo farisaico contemporâneo. Frankemölle e Kingsbury são dois exemplos paradigmáticos das duas grandes linhas de interpretação da teologia do Evangelho de Mateus. Frankemölle dá uma interpretação eclesiológica do Evangelho. Considera que a estrutura se fundamenta nos cinco discursos e sublinha o caráter

De maneira conclusiva, podemos entender que a versão sinótica dos vinhateiros apresenta a parábola como sendo originária de Jesus. Contudo, a leitura cuidadosa comprova que não pode ter sido pronunciada por Jesus na sua totalidade. É possível que tenha sido uma criação da comunidade mateana, que diante de certas dificuldades desenvolve certas adaptações estilísticas na parábola original. Portanto, a parábola dos vinhateiros homicidas, é possivelmente uma versão alterada, modificada propositalmente pela comunidade cristã; isso se dá principalmente na versão de Mateus, que intensamente ratificou suas características eclesiológicas diante da confrontação da Igreja com o judaísmo.

Assim sendo, podemos concluir que de fato estamos diante de uma parábola originalmente proveniente do próprio Jesus, mas que foi efetivamente modificada por Mateus, com o propósito de dar importância à declaração fundamental da responsabilidade de Israel, que para ele é determinante para sua proposta de apresentar a culpa da liderança de Israel, que se dá pela sua incapacidade de produzir devidamente seus frutos.

transparente da obra para tornar-se significativo no presente. Rechaça a interpretação 'historicizante' de Strecker e Walker. 'Na ficção literária de Mateus quem fala é o Jesus histórico aos seus discípulos, um pouco antes de sua morte, mas de fato quem fala é o teólogo Mateus a sua comunidade com a autoridade do Senhor exaltado.' Kingsbury apresenta uma interpretação nitidamente cristológica de Mateus. Estrutura o Evangelho a partir das expressões de 1,1; 4,17; e 16,21, de modo a sublinhar seu aspecto narrativo. Seu último livro sobre o Evangelho de Mateus tem o interesse de incorporar decididamente ao estudo dos evangelhos as técnicas atuais do estudo da narratividade [...] Várias outras obras mereceriam ser citadas. Distingue-se por sua capacidade de integração e síntese J. Zumstein, que estuda a condição do crente em Mateus. Coincide com um importante artigo de U. Luz sobre o sentido dos discípulos em Mateus: os discípulos, os adversários e os pecadores são conceitos transparentes para realidades do presente”.

1.2. Elementos constitutivos de uma parábola com estrutura jurídica

Para U. Simon⁹², uma parábola com estruturas jurídicas é apresentada com o propósito de provocar a participação dos ouvintes no enredo que é retratado e forçá-los naturalmente a um julgamento imediato. A parábola intercepta os ouvintes e os conduz a um prévio posicionamento de modo positivo ou não, induzindo a um processo jurídico com a finalidade de convencer ao ouvinte, que não desconfia, a fazer uma auto-análise.

O ofensor inevitavelmente cairá na armadilha arranjada para ele, se verdadeiramente acreditar que o episódio de fato ocorreu. Ele mesmo vai propor a sentença. E, ao fazê-lo estará definitivamente se autocondenando. Isso ocorre sem ele perceber. Até o momento de uma reflexão mais apurada, ele perceberá que é o execrável protagonista da história, que acreditou ser verdadeira.

Desta forma, ele entenderá a sua participação diante das possíveis acusações. A análise de Simon da parábola de Natan em 2 Samuel 12,1-14 mostra a constituição de elementos de características essenciais para uma parábola jurídica como gênero literário. Nesse texto, Simon mostra que a parábola jurídica constitui uma história realística sobre uma violação da lei, relacionado a alguém que tinha cometido uma ofensa semelhante com o propósito de levar o ouvinte, que não desconfia, a fazer uma auto-análise. O ofensor cairá na armadilha preparada para ele, se ele verdadeiramente acredita que a história de fato aconteceu, e só se ele não descobrir a semelhança prematuramente entre a ofensa na história e o que ele cometeu.⁹³

Simon lista cinco exemplos de parábolas jurídicas: 2 Sm 12,1-14⁹⁴; 14,1-20⁹⁵; 1 Rs 20,35-43⁹⁶; Is 5,1-7⁹⁷; e Jr 3,1-5⁹⁸. O elemento comum nos textos (exceto Jr 3,1-5) é a acusação legal. Nos livros históricos o caso é apresentado ao rei,

⁹²C.f., SIMON, U., *The Poor Man's Ewe Lamb: An Example of a Juridical Parable*, pp. 220-21.

⁹³Ibid., p. 69.

⁹⁴Parábola de Natan

⁹⁵A parábola jurídica em 2 Sam 14,5-17 segue um padrão semelhante. Porém, o agente não é um profeta, mas uma "sábia mulher", disfarçada como uma viúva de luto. Enviaram-lhe a Davi por Ioab que sentia que Davi estava almeçando o seu filho exilado, Absalão.

⁹⁶Neste episódio a parábola jurídica mostra o porta-voz que é um profeta, cujo modo de encobrimento é com uma bandagem em cima das suas feridas.

⁹⁷Parábola do cântico da vinha

⁹⁸A prostituta gloriosa

enquanto em Isaías “*os habitantes de Jerusalém e os homens de Judá*” são legalmente acusados.

J. T. Willis⁹⁹ apresenta em seu estudo indicações precisas para a constituição de uma parábola jurídica. Para ele, assim como para Simon, uma parábola contém um chamariz intencional ou aparência enganadora para distrair os ouvintes (cf. Mc 4,10-12)¹⁰⁰, frequentemente uma parábola camufla a real mensagem do orador até que haja o momento certo para revelar a verdadeira intenção. Até que alcance o seu objetivo, é importante manter a atenção dos ouvintes, e assim conseguir que eles pronunciem o julgamento esperado. Nesse sentido, Willis percebe que a parábola pode envolver também um "processo" ou uma "acusação". Um processo bem orquestrado no desenrolar da trama contra os próprios ouvintes. Consequentemente a posição precipitada dos ouvintes evidenciaria uma auto-acusação¹⁰¹. Porém, Willis coloca que esses elementos não são os únicos meios para alcançar esses resultados.

A. Gale Yee¹⁰² em seu estudo sobre parábola jurídica analisa estruturalmente Deuteronômio 32¹⁰³, que de acordo com sua aplicação metodológica, contém um autêntico processo. Yee propõe uma estrutura que caracterizaria esse estilo literário, comparando com a lista de cinco exemplos de parábolas jurídicas apresentado por U. Simon¹⁰⁴. Essa estrutura apresenta as seguintes características: a perspectiva de uma parábola na sua parte introdutória, seguida por um julgamento em consequência da referida situação apresentada na narrativa. Normalmente a trama apresenta ações benevolentes para que não haja qualquer possibilidade de

⁹⁹Cf., WILLIS, J. T., *The Genre of Isaiah 5:1-7*, pp. 337-62. Em todo o seu artigo, Willis apresenta a sua argumentação contra as interpretações dos exegetas de Isaías 5,1-7. Resumidamente apresenta a lista desses gêneros possíveis para o texto isaiano: “(1) an uncle's song, (2) a satirical polemic against Palestinian fertility cults, (3) the prophet's song concerning his own vineyard, (4) the prophet's song expressing sympathy for his friend, God, (5) a drinking song, (6) a bride's love song, (7) a groom's love song, (8) a song of the friend of the bridegroom, (9) a lawsuit or accusation, (10) a fable, and (11) an allegory. He suggests, and I think correctly, that Isa 5:1-7 is a parable”.

¹⁰⁰Ibid., p. 357.

¹⁰¹Ibid., p. 361.

¹⁰²YEE, G. A., *A Form-Critical Study of Isaiah 5:1-7 as a Song and a Juridical Parable*, pp. 36-37.

¹⁰³Isaías 5,1-7 contém características que são análogas a Deuteronômio 32,1-29

¹⁰⁴Cf., SIMON, U., *The Poor Man's Ewe -Lamb: An Example of a Juridical Parable*, pp. 220-21. Simon lista cinco exemplos no Antigo Testamento de parábolas jurídicas: 2 Sm 12,1-14;14,1-20;1 Rs 20,35-43; Jr 3,1-5 e finalmente Is 5,1-7.

interpretação imediata da parábola ou acusação¹⁰⁵. A inevitável acusação é precedida por uma denúncia devidamente estabelecida com uma “*pergunta retórica*”. O processo chega ao seu fim com um pronunciamento da sentença.

Nesse tipo de estrutura proposto por Yee percebe-se na parte conclusiva a interpretação ou aplicação da parábola, configurando-se assim uma estrutura bem elaborada que tem uma introdução onde expõe o seu estilo, ou seja, a forma em que a narrativa vai sendo elaborada. Numa segunda etapa se percebe como o procedimento jurídico é desenvolvido. Chama a atenção, o convite que é feito para o interlocutor julgar e logo em seguida a acusação é perpetrada imediatamente; através de uma pergunta retórica. De imediato ele expõe a sua sentença, apresentando a sua inevitável ação punitiva.

A dinâmica de um texto jurídico é articulada de tal maneira que se percebe a implicação que a denúncia mostra na trama apresentada, onde está implícita a própria convicção dos acusados. Para Yee, a condenação trazida pelo julgamento só estaria completa se, na realidade, eles (acusados) acreditassem que fossem responsáveis e que não os comprometessem com tal julgamento¹⁰⁶. O motivo para essa condenação é devidamente elucidado na parte final. Aqui os interlocutores descobrem os motivos reais para sua condenação. Portanto, é na pergunta retórica que se desvela a interpretação da culpa. No desenrolar do enredo se percebe essa expectativa sendo articulada de forma brilhante do início ao fim do processo jurídico estabelecido na parábola.

De acordo com o exegeta **Klaus Berger**¹⁰⁷, certas narrativas parabólicas, na sua estrutura literária, possuem alguma espécie de julgamento, que pode ser proferido na própria narração, no caso das parábolas jesuanas, ou é Jesus quem irá declarar como comentário, ou as duas coisas estão interligados, ou um julgamento é anunciado por Jesus, que pode acontecer dentro da parábola. Berger evidencia principalmente as decisões *judiciais paradigmáticas* em que o procedimento jurídico é percebido por uma pergunta retórica que leva os ouvintes a julgarem prontamente o caso judicial apresentado.

¹⁰⁵Nas outras parábolas veterotestamentárias, de acordo com Yee, segue o julgamento. Porém, como na parábola de Natã e no cântico de Deuteronômio 32, o dono da vinha, na primeira pessoa fala da atividade positiva dele para a vinha, e faz isso com uma pergunta retórica.

¹⁰⁶YEE, G. A., *A Form-Critical Study of Isaiah 5:1-7 as a Song and a Juridical Parable*, pp. 36-37.

¹⁰⁷BERGER, K., *As formas literárias do Novo Testamento*, pp. 51-53.

Berger, assim como Simon, identifica essa característica de parábola jurídica em 2Sm 12,1-7 (a parábola de Natã), como também a parábola da vinha em Is 5,1-12. No judaísmo, ele destaca o *Apocryphon Ezequiel* e a fábula encontrada em 4Esd 4,13-21. Todos esses textos possuem uma pergunta retórica ou não sob forma jurídica que leva o ouvinte a um julgamento. Berger destaca Mt 21,28-32 e 26,66 com uma pergunta introdutória dirigida a uma espécie de tribunal. Ele compara a parábola de Natã, em que a pergunta provoca ao seu destinatário um reconhecimento que a decisão judicial diz respeito a si mesmo. Essa decisão judicial paradigmática é também verificada em Mt 21,33-46. Essas parábolas neotestamentárias possuem características bem precisas que são formas pontuais que justificam o ingresso no Reino de Deus, provocando diretamente a elite judaica.

Avaliação das investigações

Na parábola dos vinhateiros homicidas, Mateus, após a exposição da parábola, formula uma pergunta determinante, que lembra o sentido jurídico das parábolas veterotestamentárias¹⁰⁸. A expectativa criada na narrativa é agora propositalmente direcionada aos interlocutores de Jesus. O caso apresentado na dramatização anterior, entre o senhor da vinha e os vinhateiros, requer agora da audiência mateana uma tomada de decisão e isso se dá através do julgamento do episódio. Deste modo, percebe-se, como proposto por Berger, um caso jurídico exemplar que trata da matéria sujeita a processos jurídicos com o maior realismo possível.

Portanto, podemos concluir que de fato os elementos constitutivos de uma parábola jurídica nos ajudarão na análise da parábola dos vinhateiros homicidas.

¹⁰⁸2 Sm 12,1-14; 14,1-20; 1 Rs 20,35-43; Jr 3,1-5 e Is 5,1-7.

1.3. A função da linguagem jurídica em Mateus

A função jurídica sob o tema de julgamento tem um lugar privilegiado no primeiro Evangelho¹⁰⁹. Na literatura mateana, a linguagem jurídica é diretamente emprestada das tradições do profetismo de Israel. O Jesus mateano encontra-se na grande tradição profética veterotestamentária, com uma função de linguagem voltada para o apelo ao arrependimento. Mas, em Mateus, a função retórica tem uma linguagem jurídica com características próprias.

Mateus indica que a ameaça de juízo divino não é apenas para Israel ou para os incrédulos. Abrange os valores históricos pelos quais os membros da comunidade mateana precisam identificar. A linguagem mateana de juízo introduz o homem em geral e em particular a sua própria responsabilidade.

A mensagem salvífica nas páginas do Evangelho de Mateus tem a sua centralidade no anúncio escatológico de Jesus, trata-se da mensagem da βασιλεία τοῦ θεοῦ. Esse anúncio escatológico de Deus aponta para um aspecto de salvação e outro de juízo¹¹⁰.

Portanto, o Evangelho de Mateus apresenta um horizonte bem específico de anúncio de julgamento, discurso esse percebido como prolongamento de uma tradição apocalíptica, que perpassa de maneira precisa todo o Evangelho.

1.3.1. A função jurídica como perspectiva de julgamento escatológico

O estudo de **Günther Bornkamm**, apresentado em seu importante artigo: *Enderwartung und Kirche im Matthäusevangelium*¹¹¹, relaciona os temas principais de Mateus numa perspectiva de julgamento escatológico, em que seu ponto de partida é uma união peculiar proposta por Mateus na perspectiva do fim e na concepção de Igreja.

¹⁰⁹Entre muitos outros textos destacamos 11,21-24, 13,36-43, 18,23-35, 21,33-45, 22,1-14; 25,14-30. 31-46

¹¹⁰REISER, M., *Die Gerichtspredigt Jesus*, 1-152. Reiser trata a questão de juízo nas concepções escatológicas.

¹¹¹BORNKAMM, G., *Enderwartung und Kirche im Matthäusevangelium*, 1963, pp. 13-53.

O juízo e ameaça de juízo com seu contexto jurídico, aparecem com grande força no Evangelho de Mateus. A comunidade mateana cria a expectativa necessária à espera de um juízo final, sob critério proposto juridicamente. Bornkamm destaca seis grandes discursos¹¹², que submetem as palavras de Jesus a um horizonte especificamente jurídico, de onde decorre uma expectativa de julgamento iminente. Trata-se de processos definidos, visando à aplicação da mensagem de julgamento a comunidade mateana. Na concepção de Bornkamm a Igreja e a espera do fim se integram a problemática da Lei e da justiça.

A transmissão da vinha, conforme Mt 21,43, mostra a força da βασιλεία futura, que é o resultado da associação entre a comunidade mateana e a cristologia. O conceito de Igreja, na perspectiva mateana, estaria na vinda do Messias filho do homem em contraste com sua glória futura, estabelecendo assim a imagem que proporciona o critério para a Igreja. A futuridade da βασιλεία e do juízo se mantém e se expressa como característica e consequência do tempo presente.

Avaliação das investigações

Portanto, Bornkamm defende uma íntima relação entre a escatologia e eclesiologia mateanas. Para ele as parábolas, por exemplo, mostram que a Igreja mateana não é uma comunidade de eleição, mas um *corpus mixtum*, ou seja, uma mistura de membros bons e maus que poderão ser determinados apenas no julgamento final¹¹³. Assim, Mateus já percebe uma eclesiologia mais universal, que tem nas atitudes oriundas da fé um sentido que envolve a essência, a obediência e a ética¹¹⁴. O contexto mateano de julgamento, em tais parábolas, mostra que Mateus argumenta contra os fariseus, contudo ele não nega o princípio de justiça com base em obras.

¹¹²BORNKAMM, G., *Enderwartung und Kirche im Matthäusevangelium*, pp. 13-21. Mt 7,15-23. 24-27; 10,40-42; 13,47-50; 18,23-35; 23,37-39 e 25,31-46. Para Bornkamm os textos de juízo desempenham um papel muito importante no evangelho de Mateus. Todos os discursos do Evangelho terminam com anúncios de juízo para a comunidade. Em outras passagens dentro dos discursos e em outros lugares do Evangelho se fala também de juízo e de recompensa.

¹¹³Ibid., pp. 13-21. O termo *corpus mixtum* é normalmente utilizado para descrever a comunidade mateana.

¹¹⁴A ética jesuana se estabelece numa perspectiva mais abrangente do que as tradições judaicas.

1.3.2.

A função jurídica como julgamento atrelado ao cumprimento da Lei

Gerhard Barth¹¹⁵ juntamente com Wolfgang Trilling¹¹⁶ e G. Strecker publicaram as suas grandes obras aproximadamente no mesmo tempo, obras essas que tiveram um grande impacto nas pesquisas sobre o Evangelho de Mateus.

Barth segue seu mestre Bornkamm. Ele enfatiza a posição central da perspectiva mateana, indicando que o Julgamento está atrelado ao cumprimento da lei¹¹⁷. De acordo com Barth, a compreensão da justiça, como um dom de Deus também tem um papel central em Mateus, o que difere da justiça exigida pelos rabinos. Enquanto os rabinos acham que as boas e más obras estão a pesar uns contra os outros no julgamento decisivo, Mateus exige total retidão. Deste modo, para o redator mateano justiça é também entendida como um dom em vez de pura obrigação¹¹⁸.

Assim sendo, para o exegeta G. Barth, Mateus trata da perspectiva de julgamento de forma especial. Aliás, com uma diferença nítida dos outros sinóticos. Assim, a expectativa jurídica com caráter exortativo cria em Mateus um ambiente tão específico e proeminente. Ele nota um número de termos e expressões favoritas de Mateus relacionadas a julgamento (Κρίσις, ἡμέρα, κρίσεως, μίσθος, etc), essa correspondência de termos e expressões enfatiza um caráter de obediência ética a Deus.

Para Barth¹¹⁹, a ênfase elaborada por Mateus de ameaça num contexto expressivo de julgamento tem um total sentido hortativo, no qual os discípulos sofrem da mesma ameaça. Trata-se de uma perspectiva moral. A expectativa jurídica delineada categoricamente por Mateus, também objetiva de certa forma, a comunidade mateana, retratando seus problemas e seus grandes desafios. A promessa de recompensa e ameaça de castigo mostra o ambiente em que se concentra mecanismos para indicar um ideal moral formulado em Mateus.

¹¹⁵Cf., BARTH, G., *Matthew's Understanding of the Law*, in G. Bornkamm, G. Barth and H.J. Held, *Tradition and Interpretation in Matthew*, pp. 58-59.

¹¹⁶TRILLING, W., *El Verdadero Israel*, 1974.

¹¹⁷Cf., BARTH, G., op. cit., pp. 54-58.

¹¹⁸Ibid., pp.130-131. Barth cita Mateus 5,6 e 6,33.

¹¹⁹Ibid., p. 60.

Avaliação das investigações

Assim, G. Barth analisa o anúncio de julgamento, na perspectiva de Mateus, como tendo características de exortação ética, onde a teologia de Mateus parte da polêmica interna da comunidade, provocada pelo combate contra a posição “antinomista”¹²⁰ que diminui ou rejeita a autoridade da lei.

1.3.3.

A função jurídica na perspectiva ético-escatológica

Não muito diferente também o exegeta **G. Strecker**¹²¹ percebe uma orientação ético-escatológica no Evangelho de Mateus, no qual o redator constrói o tema a partir da tradição, dando seus acentos jurídicos característicos.

O pensamento fundamental de Strecker mostra que em Mateus se pode observar um processo de historicização (*Historisierung*) da história (*Geschichte*) de Jesus. Na sua análise sobre a teologia de Mateus ele faz uma relação do histórico com o escatológico.

Para Strecker as categorias históricas não alcançam a descrição do tempo de Jesus, já que este tem um significado escatológico. Assim a intenção do redator mateano consiste na apresentação do significado histórico-salvífico da vida de Jesus. O estabelecimento e a realização da exigência escatológica caracterizam também a Igreja mateana com magnitude histórico-salvífica. Para ele essa exigência escatológica trata de uma reivindicação ética¹²².

Entretanto, para Strecker, Mateus invariavelmente apresenta Jesus como Senhor, apesar do caráter didático do Evangelho. Isto mostra que, para Mateus Jesus é superior ao histórico legislador Moisés, apresentando características escatológicas. No que diz respeito a esse motivo histórico, Strecker chega à conclusão de que Mateus descreve a história de Jesus como o Senhor escatológico cuja proclamação é igualada com uma prerrogativa ética.

Depois de analisar o caráter básico do ensino de Jesus, Strecker mostra que a ética mateana não está fundamentada no perdão dos pecados. Além disso, em

¹²⁰Cf. MARGUERAT, D., *Le Jugement dans L'Évangile de Matthieu*, pp.56-57.

¹²¹Ibid., p. 57. Marguerat cita a obra de G. Strecker.

¹²²Cf., TRILLING, W., *El Verdadero Israel*, pp. 26-27.

Mateus a única justificação discernível é o julgamento escatológico. No entanto, a motivação por meio do juízo ainda não esclarece a plena pertinência escatológica da mensagem de Jesus. Uma vez que Jesus é escatológico sua mensagem tem um significado salvífico que se materializa no presente¹²³.

Já para **Wolfgang Trilling**¹²⁴ a escatologia mateana perpassa de modo significativo a idéia de castigo. Para ele a parábola do banquete nupcial (22,1-14) assim como a dos vinhateiros homicidas (21,33-46) deve ser compreendida como declaração histórico-salvífica, na mesma perspectiva de Strecker. O ataque contra o judaísmo é devidamente percebido em 21,43, com um cenário bem arranjado.

Mateus mostra a perda da βασιλεία e o processo punitivo dos envolvidos. Trata-se do castigo decisivo para Israel. Mateus configura a parábola dos vinhateiros homicidas, partindo de uma declaração única, a da culpa de Israel. De acordo com Trilling, o pensamento de que a βασιλεία será tirada, está ligada diretamente aos frutos e não a um acontecimento para o fim do tempo, na perspectiva futura do reino de Deus, como promessa. Trata-se, na realidade, de uma dimensão inteiramente para o tempo presente da comunidade mateana. “*O reino de Deus existe em Israel, de modo que o povo da aliança pode perdê-la e herdá-la a um novo povo*”¹²⁵. Assim a declaração de dar fruto exige obrigatoriamente esta compreensão. Trilling observa que Mateus indica a tarefa essencial e o critério decisivo do povo de Deus: produzir frutos. Israel foi punido justamente por não produzir e o mesmo poderá acontecer a sua comunidade. Mateus contempla o juízo e a sentença sobre Israel numa perspectiva judicial, indicando assim a sua culpabilidade.

Desta forma, Trilling apresenta algumas críticas aos estudos de Bornkamm, Barth, Strecker. Para ele, Bornkamm mostra certa debilidade ao apresentar um esquema que reside na separação da Igreja dos seus membros a partir da história e da continuidade da salvação. Trilling pensa que só a história da salvação nos dá condições para avaliar a relação da Igreja com o Judaísmo, a eclesiologia com a cristologia. Trilling avalia o estudo de Strecker mais em termos positivos, porque Strecker, obviamente seguindo Conzelmann, retoma a questão do significado da história de Mateus.

¹²³Cf., STRECKER, G., *Theology of the New Testament*, pp. 364-389.

¹²⁴TRILLING, W., *El Verdadero Israel*, pp. 120-139.

¹²⁵Ibid., p. 86.

Em última análise, Strecker acaba por ser bastante semelhante ao Bornkamm. A Igreja vista basicamente como um *corpus mixtum*, fica a espera de um julgamento escatológico. A idéia básica de Trilling é para mostrar que a Igreja é o *verdadeiro Israel*, em seu entender, ele deixa claro que a vontade de Deus não pode ser percebida apenas como um imperativo ético.

O exegeta alemão **Ulrich Luz**¹²⁶, contrapondo a argumentação de Trilling, considera a escatologia mateana centrada inteiramente no aspecto ético. Mateus a princípio não se preocupa necessariamente com questões futuras assim também como a conduta ética da sua comunidade, na realidade, o que estaria implícito nos textos, seria o juízo futuro que se estabeleceria como horizonte norteador para uma conduta ideal dos leitores do Evangelho de Mateus.

U. Luz mostra que na parte parenética dos textos de mensagem de juízos, o que se percebe claramente é o gênero literário das parábolas. Assim, diversas parábolas mateanas estão amplamente encadeadas com questões jurídicas, como a parábola dos vinhateiros. Luz explica a origem das declarações de juízos nas parábolas, mostrando que muitas das parábolas pretendem, simplesmente, mexer com a sensibilidade emocional, para através desse impacto, provocar mudanças essenciais nas novas atitudes da comunidade.

A interpretação parenética enfatizada por Mateus traz no seu bojo questões jurídicas, e as parábolas se tornam uma importante estratégia para envolver seus leitores com tomadas de postura em favor ou contra aos personagens parabólicos, se comprometendo com suas decisões. Desta forma, transferiam para suas vidas as reações e desejos provocados pelas mensagens parabólicas, ou se envolviam com suas respostas imediatas aos questionamentos levantados nos processos jurídicos.

U. Luz percebe então que Mateus ao falar de juízo¹²⁷, de forma continuada, nas parábolas faz referência propositalmente às questões da vida, tendo o juízo no centro da vida de seus leitores. Assim, Luz argumenta contra a tese de Strecker, segundo a qual Jesus e os discípulos mateanos estão estabelecidos em um ir-repetível passado. Ele considera que é impossível ver uma tendência de histori-

¹²⁶Luz, U., *El Evangelio según san Mateo, Mt 18-25*, pp. 702-703.

¹²⁷Ibid., p. 697. Luz fala do "leitmotiv" do anúncio de juízo na linguagem mateana e na repetição das logias que tratam do juízo: 3,10b=7,19; 7,22=25,11s; 10,15=11,22.24; 10,39=16,25; 13,12=25,29; 13,42=13,50; 19,28=25,31; 19,30=20,16; 24,42=25,13. Muitas dessas repetições e variantes são redações mateanas.

zação ao longo do Evangelho de Mateus. Em última análise, porém, Luz acha que a autocompreensão dos fiéis é determinada pelo juízo escatológico que questiona o sentimento de segurança da comunidade no que diz respeito à salvação.

Os textos parabólicos com especificidades forenses não são peculiaridades somente de Mateus. Na realidade Mateus, a partir das tradições, mescla suas raízes com o material de sua fonte, no caso específico das parábolas com propostas jurídicas, trata-se da fonte das *logias*, Q. Essa percepção de U. Luz¹²⁸ também é compartilhada por D. Marguerat¹²⁹. Na fonte Q se percebe inúmeras tradições com anúncio de juízo, numa perspectiva forense, indicando seguramente o horizonte teológico comum da fonte¹³⁰. Nesses textos, o anúncio de juízo se destaca na parte final. Kloppenborg¹³¹ considera esses anúncios como secundários na história da tradição. Luhrmann¹³² também compartilha dessa tese. Assim, Mateus inclui em seus cinco discursos uma grande parte da predicação de Jesus nos relatos de juízos. Luz observa que estes discursos interrompem a trama narrativa no Evangelho de Mateus¹³³.

Para **David Sim**¹³⁴, Bornkamm definiu a função parenética nos textos mateanos com um sentido puramente de julgamento, mas não explicou o porquê de Mateus fazer tal aplicação. Além do mais, ele concedeu um conceito muito generalizado para julgamento, negligenciando os detalhes específicos deste tema dentro do Evangelho. D. Sim observa que as características jurídicas no Evangelho de Mateus partem de uma visão apocalíptico-escatológica, tematizando assim a centralidade da teologia em um contexto sócio-histórico, tendo a comunidade mateana como seu *Sitz im Leben*. Não obstante, para ele é necessário entender a perspectiva escatológica de Mateus em um contexto concatenado com uma realidade moral. Para Sim, a comunidade mateana foi alienada de seu princípio judaico em detrimento de um mundo não judeu mais amplo, caracterizando assim um movimento cristão não observante da Torah.

¹²⁸LUZ, U., *El Evangelio según san Mateo*, p. 693.

¹²⁹MARGUERAT, D., *Le Jugement dans L'Évangile de Matthieu*, p. 37.

¹³⁰Os textos com anúncio de juízo são: Q 6,46-49; 7,18-25; 10,13-15; 9,57-10,22; 11,29-32; 11,37-52; 12,8-10.37-46.49s.

¹³¹KLOPPENBORG, J. S., *The Formation of Q: Trajectories in Ancient Wisdom Collections*, p. 30.

¹³²LUHRMANN, *Studien*, p.78.

¹³³LUZ, U., op. cit., p. 699.

¹³⁴Cf. SIM, D.C., *Apocalyptic Eschatology in the Gospel of Matthew*, p. 55.

David Sim percebeu as questões jurídico-escatológicas simplesmente para identificar e legitimar a comunidade Mateana em relação a outros grupos. Além de explicar as circunstâncias vividas pela comunidade indicando uma esperança para o futuro. Desta forma, poderia satisfazer o desejo pela vingança, como meio de consolação para sofrimentos presentes, e assim manter a solidariedade na comunidade.

Nas últimas décadas, em outro grupo de exegetas, se tem enfatizado as características de sentido escatológico nos textos de julgamento, como proposto por David Sim, o que também é fortemente considerada na análise de Daniel Marguerat¹³⁵. O mesmo se percebe na obra de B. Charette no recente estudo de A. I. Wilson¹³⁶.

Entretanto, são as investigações de **Vicky Balabanski**¹³⁷ que chamam atenção à evidência escatológica iminente em Mateus. Através da sua análise exegética e investigações históricas, ele chega à conclusão de que em alguns cumprimentos o motivo de expectativa escatológica iminente é mais pronunciado no Evangelho de Mateus que em Marcos¹³⁸. Embora a interpretação escatológica e ética esteja muito concatenada nos textos de características jurídicas conforme os interesses de Mateus.

Contrariando as abordagens de David Sim, G. Barth e W. Trilling, Balabanski não considera que a escatologia de Mateus expresse necessariamente perspectivas da sua comunidade, mas sim que o escritor mateano tenta persuadir a atenção, pelo menos de alguns membros da comunidade, sobre a iminência da parousia.

Para Balabanski, a temática de Mateus está no entendimento da dinâmica do reino dos céus como um futuro em detrimento da realidade sofrida pelo impacto atual da sua comunidade, especialmente na pessoa de Jesus, mas também na missão dos discípulos (cf. Mt 10,7-8).

Balabanski argumenta contra a opinião de que Mateus usa sua escatologia para impor determinados comportamentos, nem para aceitar que a escatologia i-

¹³⁵MARGUERAT, D., *Le jugement dans l'Évangile de Matthieu*, 1995.

¹³⁶WILSON, A. I., *When Will these Things Happen? A Study of Jesus as Judge in Matthew 21-25*, 2004.

¹³⁷BALABANKI, V., *Eschatology in the Making: Mark, Matthew and the Didache*, 1997.

minente de Mateus implica em uma conduta ética. Em sua opinião, a perspectiva escatológica de Mateus não pressupõe necessariamente em um ideal moral, mas realça sua característica teológica¹³⁹. Trata-se da compreensão do sentido jurídico que os textos, com características escatológicas de julgamento, têm como prerrogativa o critério de justiça.

Já para **O. Lamar Cope**¹⁴⁰, ligeiramente influenciado pelo estudo de Bornkamm, principalmente em sua análise sobre as características apocalípticas no Evangelho de Mateus, há uma forte inteiração entre julgamento e escatologia. Ele aceita o fato de que o motivo apocalíptico oferece esperança provavelmente para um tempo de angústia e vindicação de promessas pelo castigo dos inimigos. O papel dominante que a expectativa apocalíptica faz no Evangelho de Mateus é o papel de evitar castigo e recompensa receptora para as boas ações. Para Cope, a ênfase escatológica de Mateus pressupõe a luta da comunidade para a sua identidade e legitimação após o ano 70 dC. Portanto, Cope indica a questão moral e as diversas implicações teológicas no desenvolvimento da escatologia de Mateus, principalmente sob o tema da justiça.

Avaliação das investigações

Strecker chega à conclusão de que Mateus apresenta a história de Jesus como o Senhor escatológico cuja proclamação é equiparada com uma prerrogativa ética, ou seja, uma orientação ético-escatológica. Logo a parábola dos vinhateiros homicidas na concepção de Mateus, trata-se de uma construção a partir da tradição, dando seus acentos característicos. É verdade que Trilling avança um pouco mais na sua análise ao demonstrar que a Igreja é o *verdadeiro Israel*, consentindo que a vontade de Deus não possa ser percebida apenas como um imperativo ético. Diferentemente, Ulrich Luz, considera a escatologia mateana centrada no aspecto ético. Na sua análise Luz mostra que Mateus não se preocupa com questões futuras assim também como a ética da sua comunidade, na realidade, o que estaria tácito nos vinhateiros homicidas, seria o juízo futuro para sinalizar aos leitores do

¹³⁸Como Sim, mas por razões diferentes, Vicky Balabanski chama a atenção para a importância de Mateus da escatologia iminente em Marcos.

¹³⁹BALABANKI, V., *Eschatology in the Making*, p. 147.

¹⁴⁰COPE, L., *To the Close of the Age: The Role of Apocalyptic Thought in the Gospel of Matthew*, in MARCUS, J. e SOARDS, M.L. (eds.), *Apocalyptic and the New Testament*, p. 113.

Evangelho, o que seria uma conduta ideal esperada em todos os aspectos. Falar de juízo em Mateus, o que é bem comum nas parábolas, faz menção às questões da vida, tendo o juízo no centro da vida de seus leitores¹⁴¹.

Numa perspectiva um pouco diferente, D. Sim ressalta que as constitutivas jurídicas no Evangelho são resultados de uma visão apocalíptico-escatológica, tendo a comunidade mateana como seu centro vivencial, ou seja, as questões jurídico-escatológicas simplesmente identificam e legitimam a comunidade Mateana em relação a outros grupos.

A análise de Balabanski argumenta contra a opinião de que Mateus usa sua escatologia para conferir determinados comportamentos, nem para aceitar que a escatologia iminente de Mateus implica em uma conduta ética, ou seja, a perspectiva escatológica de Mateus não conjectura em um ideal moral, mas enfatiza sua característica teológica¹⁴². Com essa posição Balabanski contesta as apreciações de David Sim, G. Barth e W. Trilling, O. Lamar Cope, já que ele não considera que a escatologia de Mateus anuncie perspectivas da sua comunidade, mas provoca a vigilância, pelo menos de alguns membros da comunidade, sobre o prenúncio da parousia.

1.3.4.

A função jurídica na perspectiva do conceito de justiça

Na apreciação de **Przybylski**¹⁴³, a compreensão do conceito de justiça, proposto por Mateus é essencialmente de característica judaica. A explicação é simples, já que ele usa o conceito de igual modo encontrado no uso da literatura rabínica e nos pergaminhos do Mar Morto. Justiça, para Mateus é aquilo que consegue definir como as normas gerais de comportamento religioso apropriado, como um ideal moral estabelecido por uma conduta inteiramente ética.

Esse conceito de justiça, não pode ser confundido, segundo Przybylski, como um meio efetivo de salvação, ou algo parecido. O que para ele, Mateus aplica simplesmente como um conceito provisório. O propósito de tal aplicação é o de

¹⁴¹LUZ, U., *El Evangelio según san Mateo*, p. 697.

¹⁴²BALABANKI, V., *Eschatology in the Making*, p. 147.

¹⁴³PRZYBYLSKI, B., *Righteousness in Matthew and his World of Thought*, pp. 105-107.

harmonizar, criar uma concatenação forte entre o pensamento contemporâneo judaico e o ensino de Jesus. A idéia de salvação para Mateus é mais bem expressa pelo conceito da vontade de Deus, que inclui não apenas o conceito de uma justiça mais soberana, mas também o da salvação proposta por Jesus¹⁴⁴.

Numa perspectiva voltada basicamente para princípios contrários a justiça, ou seja, de injustiça, e conseqüentemente de violência, **Barbara Reid**¹⁴⁵, analisa em seu estudo a questão da violência nas parábolas de Mateus, na qual não só reconhece, mas também tenta resolver a tensão entre a orientação moral de Jesus em Mateus com o propósito de tratar com vários tipos de pessoas em várias parábolas mateanas.

Reid explora algumas parábolas mateanas¹⁴⁶ com singularidade característica escatológica, como é o caso dos vinhateiros, principalmente no que diz respeito à violência. Ela avalia possíveis soluções para a questão da tensão moral, particularidade tão intrínseca ao Evangelho de Mateus. Reid argumenta que Mateus, na construção de suas parábolas, a partir de Marcos ou Q, intensifica a violência com punições¹⁴⁷.

David J. Neville¹⁴⁸ não compartilha totalmente com Reid, ele afirma que nessas parábolas, Mateus usa como fonte Marcos e Q, compartilhado com Lucas, embora não seja inteiramente claro que o seu correlato seja retratado com mais violência¹⁴⁹. No entanto, de acordo com Reid, existe uma discrepância entre, as implicações morais retratadas nas parábolas, contrastando com a imagem de Deus, principalmente o amor divino descrito no Sermão da Montanha (5,44-48).

Na tentativa de se resolver a tensão no Evangelho de Mateus causada por essas representações contrastantes do caráter de Deus, Reid observa que se trata, na realidade, simplesmente da perspectiva do autor ou editor¹⁵⁰. Além disso, pode se destacar ainda uma tensão especial na narrativa, na qual o redator estaria tratando da relação mestre-discípulo, abordando seus discípulos em diferentes está-

¹⁴⁴PRZYBYLSKI, B., *Righteousness in Matthew and his World of Thought*, pp. 121-123.

¹⁴⁵REID, B.E., *Violent Endings in Matthew's Parables and Christian Nonviolence*, pp. 237-55.

¹⁴⁶As parábolas analisadas por Reid são: a dupla parábolas do joio e da rede em Mt 13 (13,24-30, 40-43, 49-50); a parábola do devedor implacável (Mt 18,23-35), a parábola dos vinhateiros homicidas (Mt 21,33-44), a parábola da festa nupcial (Mt 22,1-14); a parábola do servo fiel (Mt 24,45-51), e as parábolas dos talentos e do julgamento final de Mt 25,14-46.

¹⁴⁷REID, B.E., op. cit., p. 249.

¹⁴⁸NEVILLE, D. J., *Toward a Teleology of Peace: Contesting Matthew's Violent Eschatology*, pp. 131-161.

¹⁴⁹Ibid., p. 148.

¹⁵⁰REID, B.E., op. cit., p. 250.

gios de desenvolvimento moral. Ou seja, as parábolas, na perspectiva de Mateus, com processos jurídicos indicando ações punitivas violentas, seriam esclarecedoras para aqueles que estariam numa expectativa de recompensa e de castigo¹⁵¹. Ou, ainda mais, estas parábolas desmascarariam a violência e os sistemas injustos que se perpetuam. O seu principal objetivo seria conduzir os ouvintes ou leitores que vivenciam ou confrontam essa injustiça¹⁵².

Na mesma linha de B. Reid, **Warren Carter**¹⁵³ em uma coleção de estudos sobre a violência no Novo Testamento, especialmente em contextos escatológicos de julgamento, alega que, para Mateus, a violência é uma construção ideológica com ambas as dimensões: cósmica e teológica. Em outras palavras, a violência perpetrada pelos poderes terrenos é uma expressão de oposição de Satanás a Deus.

De acordo com Carter, o Evangelho oferece a perspectiva que desmascara a verdadeira natureza cósmica e teológica da violência sócio-político-religiosa. De acordo com Carter, a violência como demonstrado por Mateus é reservada para o futuro, não para o presente. Sua resposta a esta construção de Mateus é que a representação da escatologia da violência sociologicamente funcionou tanto para estabelecer e reforçar a identidade da comunidade dos discípulos.

Avaliação das investigações

Przybylski em seu conceito de justiça em Mateus como normas gerais de comportamento religioso apropriado, assim como a questão da injustiça apresentada por Barbara Reid e Warren Carter, em que as parábolas, na perspectiva de Mateus, sinalizam ações punitivas violentas, com um claro objetivo de conduzir os ouvintes que vivenciam essa opressão, representada de forma análoga pelos vinhateiros homicidas, retratam perfeitamente o tema da justiça mateana nas parábolas. Em suma, a expectativa escatológica de vingança serviu para incutir espe-

¹⁵¹REID, B.E., *Violent Endings in Matthew's Parables and Christian Nonviolence*, p. 251. Já o Sermão da Montanha é para os que se encontram em um nível mais elevado de desenvolvimento moral. No entanto, como observa Reid, esta distinção deve ser imposta à narrativa e não surgem a partir do próprio Evangelho já que em nenhum lugar existe qualquer indicação que ensinamentos de Jesus são voltados para aqueles com menor ou maior nível de desenvolvimento moral.

¹⁵²Idem.

¹⁵³CARTER, W., *Constructions of Violence and Identities in Matthew's Gospel*, in S. Matthews and E.L. Gibson (eds.), *Violence in the New Testament* (London: T&T Clark International), 2005, pp. 81-108.

rança e garantia sitiada em uma comunidade de fé, que é inteiramente compreensível no contexto histórico de uma ética fundamentada no ensino e exemplo de Jesus.

1.3.5.

A função jurídica na perspectiva do esquema “causa-efeito”

B. Charette¹⁵⁴ propõe um plano mais adequado para a interpretação de Mateus, nos textos com características de julgamento. Em sua opinião, Mateus se volta inteiramente para um princípio bem delineado de recompensa que, para ele, trata-se de uma parte integrante da própria história da salvação, que perpassa significativamente por todo o Evangelho, na redação mateana. É impossível compreender o significado dessa história, sem recorrer às histórias correlatas veterotestamentárias, com especial atenção para a função do princípio característico de recompensa¹⁵⁵.

Segundo Charette, o sistema de recompensa veterotestamentário é essencialmente focado na questão da promessa da terra. Para ele os personagens protagonistas da Antiga Aliança partem sempre do pressuposto irrevogável da promessa, conferindo-os bênção ou maldição, com implicações efetivas para a posse da terra. Daí surge todo o caráter do direito e da justiça que, definitivamente terá em Mateus, uma real importância, principalmente para a questão da retribuição como princípio de causa e efeito, consonante ao tema da recompensa na redação mateana. Assim, por exemplo, o pacto do Sinai tem uma importância categórica, já que de maneira efetiva torna a bênção e a maldição em detrimento direto à obediência taxativa da lei. Mateus compreendeu o caminho contrário que Israel optou. A presença profética não conseguiu atenuar a situação. Como resultado, a esperança foi delineada em uma perspectiva escatológica.

¹⁵⁴CHARETTE, B., *The Theme of Recompense in Matthew's Gospel*, in JSNTSup, 79; Sheffield: JSOT Press. Chase, K.R., and A. Jacobs (eds.) 1992.

¹⁵⁵Ibid., p. 20.

Avaliação das investigações

Assim para Charette, coube Mateus indicar, de forma precisa, o tema de recompensa na mesma linha do Antigo testamento. No entanto, Charette demonstra que Mateus sinaliza com perfeição Jesus, como sendo a restauração definitiva para as esperanças de Israel¹⁵⁶. A parábola dos vinhateiros trabalha sistematicamente no seu enredo essa perspectiva de causa e efeito, tanto no aspecto particular como no geral.

¹⁵⁶CHARETTE, B., *The Theme of Recompense in Matthew's Gospel*, p. 61.

1.4.

Avaliação das investigações da função jurídica em Mateus

O nosso objetivo não é analisar em pormenor cada interpretação, já que algumas observações já foram feitas. A finalidade é resolver e justificar os resultados obtidos até agora e mapear os problemas inerentes ao estudo da estrutura de função jurídica de Mateus. A apresentação de Mateus 21,43 como sentença norteadora para a investigação jurídica na literatura mateana, permitirá obter uma base que admite desenvolver uma boa abordagem metodológica para o tema. Para tanto, percebemos que a escatologia e a ética numa perspectiva de justiça são inteiramente transitáveis em Mateus. Possivelmente como um problema moral, talvez num viés teológico bem tematizado por Mateus.

Assim, nos parece que o julgamento retratado nos diversos textos não deve necessariamente implicar numa reparação só pelo aspecto ético-moral. O Evangelho de Mateus está assentado pela estrita delimitação escatológico entre injustiça e comportamento moral. A partir das análises até aqui verificadas, os estudos exegéticos indicam que, dentro da tradição do Evangelho, os textos parabólicos que retratam questões jurídicas, em todas as suas especificidades, são possivelmente de perspectiva escatológica. Entretanto, a ênfase mateana, plausível como uma resposta às especificidades também sugere circunstâncias sócio-históricas. A representação escatológica de Mateus não pode ser vista simplesmente a partir do princípio de recompensa. Mas deve-se admitir que a forma ou julgamento antecipado da natureza divina por Mateus é moralmente problemática.

Assim sendo, podemos concluir que de fato a característica jurídica nos diversos textos parabólicos mateanos tem como pano de fundo, tanto uma perspectiva de julgamento escatológico como também um caráter ético-moral-exortativo. O juízo e a ameaça de juízo com seu contexto jurídico aparecem com grande força no Evangelho de Mateus, em que a linguagem de juízo incorpora tradições proféticas, mas também perpassa por processos definidos, visando à aplicação da mensagem de julgamento a comunidade mateana em uma dimensão histórico-salvífica.

1.5. Desenvolvimento metodológico

Quanto ao método, utilizaremos, por base, o método histórico-crítico aliado a análise diacrônica. O desenvolvimento da tese está articulado em quatro pontos, precedidos pela introdução e sucedidos pela conclusão. Os pontos estão interligados um ao outro pela constante retomada de seus principais resultados. A pesquisa é introduzida pelo status quaestionis. Nele estão indicados os resultados das principais pesquisas feitas sobre a temática para estabelecer o objeto característico de nossa pesquisa. Três aspectos são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa desta obra: 1 - Os aspectos literários da parábola dos vinhateiros homicidas (Mateus 21,33-46) na pesquisa recente. 2 – Elementos constitutivos de uma parábola com estrutura jurídica. 3 – A função da linguagem jurídica em Mateus.

No segundo capítulo da nossa pesquisa, analisaremos o texto de Mateus 21,33-46, com sua delimitação e sua estrutura. Os aspectos estruturais no Evangelho de Mateus serão apresentados, principalmente o modelo estrutural dos cinco discursos, como de maior relevância para a avaliação da nossa hipótese principal. Nesse ponto mostraremos o grande valor das investigações para a perspectiva jurídica de 21,43 na estrutura do Evangelho de Mateus.

O terceiro capítulo dedica-se à análise do gênero jurídico parabólico dos vinhateiros homicidas, considerando essa estrutura jurídica a partir dos exemplos veterotestamentários, apontando para a característica principal de uma parábola jurídica, a ilusão intencional criada para provocar no ouvinte sua inevitável condenação. Através da análise dos elementos constitutivos da narrativa de Mateus 21,33-42, e especialmente a cláusula do v. 43, verificaremos as implicações jurídicas da sua formulação no amplo contexto mateano, a partir da tradição. A avaliação dos elementos característicos na cláusula do v. 43 será apresentada como uma atividade redacional importante na literatura mateana. Sob o aspecto sincrônico a investigação se dará pela análise linguística como também detectaremos a abrangência semântica dos vocábulos relevantes para nossa hipótese. A análise exegética e da estrutura do texto no seu contexto próximo e no contexto mais amplo do Evangelho nos permitirão equacionar as hipóteses trabalhadas.

Na análise histórico-redacional mostraremos a parábola dos vinhateiros na versão sinótica como uma parábola que tem sua origem em Jesus, mas que em um

dado momento foi redimensionada com um esquema histórico-salvífico; tendo na perspectiva de Mateus um acento maior, principalmente considerando seu caráter jurídico.

Finalmente no último capítulo, ensaia-se uma explicação de caráter jurídico no seu aspecto mais amplo na literatura mateana. Neste momento final a tese mostrará que o Evangelho de Mateus apresenta um horizonte bem específico de anúncio e de expectativa de julgamento na formulação da sua teologia, sobretudo na concepção da Igreja. Isso será possível através da apresentação das diretrizes jurídicas para o ato doloso de Israel. Serão desenvolvidos os critérios jurídicos, sob a forma de ameaça e juízo, nas narrativas mateanas, tendo na proclamação do reino o seu ato forense. Far-se-á uma aproximação do conceito mateano de retribuição na justaposição destes critérios jurídicos, que apontam para uma perspectiva escatológica, assim como o aspecto ético-moral está relacionado com a perspectiva de julgar e retribuir na dimensão causa-efeito.

Cabe ainda uma explicação para as origens das sentenças de juízo, e como Mateus usou tão bem suas raízes mescladas no material de suas fontes, principalmente no material da fonte das *logias*, Q.

A tese concluirá mostrando a sentença 21,43 na perspectiva da estrutura de Mateus dos cinco discursos e agregará a ela os textos de julgamento. Deste modo, mostraremos que o Evangelho de Mateus apresenta uma narração coesiva, com um desenvolvimento temático estilisticamente bem trabalhado e uma uniformidade de movimento interno, tendo na cláusula redacional 21,43 o seu especial elemento agregador de toda sua teologia.